



ACADEMIA MILITAR

A Cooperação Institucional na Prevenção do Consumo/Tráfico Juvenil de Estupefacientes: Zona de Ação do Destacamento Territorial de Sintra

Autor: Aspirante de Infantaria da GNR Carlos André Gonçalves Dantas

Orientadora: Professora Doutora Ana Maria C. Romão L. Bandeira

Coorientador: Capitão de Infantaria da GNR Bruno Vicente de Barros C. Ribeiro

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, setembro de 2016



ACADEMIA MILITAR

A Cooperação Institucional na Prevenção do Consumo/Tráfico Juvenil de Estupefacientes: Zona de Ação do Destacamento Territorial de Sintra

Autor: Aspirante de Infantaria da GNR Carlos André Gonçalves Dantas

Orientadora: Professora Doutora Ana Maria C. Romão L. Bandeira

Coorientador: Capitão de Infantaria da GNR Bruno Vicente de Barros C. Ribeiro

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, setembro de 2016

EPIGRAFE

*“Grandes descobertas e progressos invariavelmente
envolvem a cooperação de várias mentes”*

Alexander Graham Bell

DEDICATÓRIA

Aos meus pais e irmãs.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho resulta de um percurso moroso e árduo e que representa o fim de um novo início, contudo, a elaboração do mesmo contou com a participação de vários intervenientes. Como tal, torna-se redutor exprimir por palavras a vontade, dedicação e paciência que algumas pessoas demonstraram ao longo da efetivação desta investigação. Deste modo, gostaria de aproveitar este espaço para manifestar publicamente o meu agradecimento. Assim, agradeço:

À minha orientadora, Professora Doutora Ana Romão, pela constante disponibilidade, apoio e orientações que se revelaram indispensáveis e fundamentais para a realização deste trabalho.

Ao meu coorientador, Capitão Bruno Ribeiro, pela troca de experiências, sugestões e pela disponibilidade que demonstrou em detrimento da sua atividade profissional.

Ao Diretor dos Cursos da GNR na Academia Militar, Tenente-Coronel Carvalho, pelo constante acompanhamento e disponibilidade.

Ao Tenente Torrado pela ajuda, troca de ideias e conselhos.

Ao Cabo-Chefe Augusto pela incansável ajuda, disponibilidade e acessibilidade pois sem o seu contributo muito do trabalho desenvolvido não seria possível.

A todos os entrevistados o meu sincero obrigado pela receptividade e troca de conhecimentos.

Aos meus camaradas de curso e amigos por partilharem camaradagem e amizade nesta etapa da minha vida.

Por fim, a todos aqueles que de forma direta ou indireta contribuíram para a realização deste trabalho.

A todos vós, o meu sincero obrigado!

RESUMO

A presente investigação visa aferir formas de cooperação institucional entre o Destacamento Territorial de Sintra e os atores locais na prevenção do consumo/tráfico juvenil de estupefacientes.

Pretende-se verificar que ações são desenvolvidas para prevenir este comportamento desviante; que vulnerabilidades são identificadas ao nível da cooperação institucional e melhorias para colmatar essas mesmas vulnerabilidades; e ainda propor possíveis ações ou medidas a serem realizadas, no âmbito da cooperação institucional, na prevenção do consumo/tráfico de estupefacientes.

Neste sentido, a Guarda Nacional Republicana, enquanto força de segurança, tem incumbências na prevenção destes comportamentos e na criação de laços cooperativos com outros atores, para que este tipo de ações contribua para a promoção do sentimento de segurança. Além do patrulhamento que os militares efetuam diariamente, os militares das secções de programas especiais do Destacamento Territorial são os que mais lidam com esta problemática, essencialmente na prevenção desenvolvida junto da comunidade escolar.

O presente estudo adota uma metodologia de tipo qualitativo. Combina a análise documental sobre a atividade policial do Destacamento Territorial de Sintra com as entrevistas realizadas a militares com funções de chefia e a entidades externas que atuam na zona de ação da subunidade.

Os resultados decorrentes das entrevistas revelam sintonia no balanço da cooperação institucional, que tanto a Guarda Nacional Republicana como os atores locais consideram ser positiva. As ações de sensibilização junto dos jovens contam-se entre as atividades realizadas conjuntamente, mas a cooperação também proporciona a partilha de informação que permite agir mais rapidamente. Entre as potencialidades desta cooperação elencadas pelos entrevistados salientou-se assim a experiência adquirida e a facilitação das relações entre instituições, que desbloqueia situações e permite resolver problemas de forma mais célere. No âmbito das potencialidades referiu-se ainda o duplo papel da Guarda Nacional Republicana, que por atuar na prevenção e na aplicação da lei causa mais impacto junto dos jovens.

No que diz respeito às vulnerabilidades da cooperação existente, foram apontadas limitações quanto aos recursos humanos e materiais e foi salientada a ausência de uma política de prevenção nas escolas. Mencionaram-se ainda algumas dificuldades pontuais de articulação entre entidades, o que também ocorre por via da falta de interoperabilidade entre sistemas de informação.

Por último, no que concerne a recomendações de ações a desenvolver apurou-se a necessidade de reforçar a formação específica no sentido de qualificar um leque mais abrangente de intervenientes; considerou-se pertinente a celebração de contratos locais de segurança; e a especialização dos militares da Guarda Nacional Republicana para se dedicarem unicamente a este tipo de temas.

Em suma, a prevenção do consumo/tráfico juvenil de estupefacientes passa, cada vez mais, pela cooperação institucional entre atores, visto que é desta forma que se consegue alcançar um maior número de indivíduos e pelo facto de esta realidade ser um problema socialmente relevante na estruturação social, pelo que reclama esforços e ações conjuntas.

Palavras-chave: Prevenção; Cooperação Institucional; Estupefacientes; Jovens; Sintra.

ABSTRACT

This research aims to assess forms of institutional cooperation between the *Destacamento Territorial de Sintra* and local actors in preventing juvenile consumption/trafficking of narcotic drugs.

It is intended to verify which actions are taken to prevent this deviant behavior; which vulnerabilities are identified at the institutional cooperation level and improvements to mitigate these vulnerabilities; and to propose possible actions or measures to be taken within the framework of institutional cooperation in the prevention of consumption/trafficking of narcotic drugs.

With this in mind, the *Guarda Nacional Republicana*, as a security force, has responsibilities in preventing these behaviors and creating cooperative links with other actors, so that such actions contribute to the promotion of the sense of security. In addition to the patrolling that the military perform daily, the military of the section of special programs of the *Destacamento Territorial* are the ones that deal with this issue, mainly in the prevention developed within the school community.

This study adopts a mixed type of methodology (quantitative and qualitative). It combines document analysis of police activity from the *Destacamento Territorial de Sintra* with the interviews with the military leadership positions and external entities that act within the subunit's action zone.

The results from the interviews reveal harmony in the balance of institutional cooperation that both the *Guarda Nacional Republicana* and the local actors consider to be positive. The awareness-raising among young people are among the activities carried out jointly, but cooperation also provides the information sharing that allows act faster. The potential of this cooperation listed by respondents pointed up so the experience gained and the facilitation of relations between institutions, which unlocks situations and allows to solve problems more quickly. Within the scope of potential still made reference to the dual role of the *Guarda Nacional Republicana*, which act on prevention and law enforcement causes more impact on young people.

Regarding the vulnerabilities of existing cooperation limitations were identified as human and material resources and stressed the absence of a policy of prevention in

schools. They also mentioned some specific difficulties of coordination between entities, which also occurs through the lack of interoperability between information systems.

Finally, with regard to recommendations of actions to develop it was found the need to strengthen the specific training in order to qualify a broader range of stakeholders; it was considered appropriate to conclude local security contracts; and the specialization of the military's *Guarda Nacional Republicana* to devote themselves to this kind of issues.

In short, the prevention of juvenile drug consumption/trafficking goes, increasingly, the institutional cooperation between actors, as it is in this way that it can reach a greater number of individuals and the fact that this reality be a socially relevant problem social structure, by claiming joint efforts and actions.

Keywords: Prevention; Institutional Cooperation; Narcotic Drugs; Young; Sintra.

ÍNDICE GERAL

EPÍGRAFE	ii
DEDICATÓRIA	iii
AGRADECIMENTOS	iv
RESUMO	v
ABSTRACT	vii
ÍNDICE GERAL	ix
ÍNDICE DE FIGURAS	xi
ÍNDICE DE QUADROS	xii
LISTA DE APÊNDICES	xv
LISTA DE ANEXOS	xvi
LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS	xvii
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 – A COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL NA PREVENÇÃO DA DELINQUÊNCIA JUVENIL	4
1.1 A Prevenção da Delinquência Juvenil Através da Cooperação Institucional.....	4
1.2 Definição e Fatores de Risco da Delinquência Juvenil	7
1.2.1 Comportamentos Aditivos e Dependências Toxicológicas nos Jovens	11
1.3 Consumo/Tráfico Juvenil de Estupefacientes: Enquadramento Legal	12
CAPÍTULO 2 – A GUARDA NACIONAL REPUBLICANA NA PREVENÇÃO DO CONSUMO/TRÁFICO DE ESTUPEFACIENTES	15
2.1 A Guarda Nacional Republicana na Prevenção do Consumo/Tráfico de Estupefacientes: Enquadramento Legal.....	15
2.2 O Patrulhamento na Prevenção do Consumo/Tráfico de Estupefacientes	16
2.3 A Secção de Programas Especiais na Prevenção do Consumo/Tráfico de Estupefacientes	18
CAPÍTULO 3 - METODOLOGIA	20
3.1 Método da Abordagem	20
3.2 Modelo de Análise.....	21

3.3 Contexto da Observação	22
3.4 Métodos e Técnicas de Recolha de Dados	22
CAPÍTULO 4 – TRABALHO DE CAMPO	24
4.1 Caracterização da Atividade do Destacamento Territorial de Sintra	24
4.1.1 Zona de Ação do Destacamento Territorial de Sintra	24
4.1.2 Orgânica e Recursos do Destacamento Territorial de Sintra.....	25
4.1.2.1 Recursos e Ações da Secção de Programas Especiais.....	26
4.1.3 Consumo/Tráfico Juvenil de Estupefacientes na Zona de Ação do DTer de Sintra...	29
4.2 Apresentação e Análise dos Resultados das Entrevistas	32
4.2.1 Caracterização da Amostra.....	33
4.2.2 Apresentação e Análise dos Resultados das Entrevistas do Grupo A – Militares do DTer de Sintra	35
4.2.3 Apresentação e Análise dos Resultados das Entrevistas do Grupo B – Atores Locais	39
4.3 Discussão dos Resultados.....	44
CONCLUSÃO	48
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	54
APÊNDICES	I
Apêndice A - Guião de Entrevista.....	II
Apêndice B - Codificação Alfanumérica das Respostas dos Entrevistados.....	V
Apêndice C - Quadro Análise de Conteúdo de Entrevistas.....	VIII
ANEXOS	XXII
Anexo A - Limites Quantitativos Máximos	XXIII

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura n.º 1 - Orgânica do DTer de Sintra.....	25
Figura n.º 2 - Número de NUIPC	30
Figura n.º 3 - Número de crimes na zona de ação do DTer Sintra	30
Figura n.º 4 - Número de agentes/suspeitos	31
Figura n.º 5 - Ilícito de consumo/tráfico de estupefacientes (Crime + Contraordenação) ..	32

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro n.º 1 - Recursos humanos do DTer de Sintra.....	26
Quadro n.º 2 - N.º de viaturas e o N.º de patrulhas.....	26
Quadro n.º 3 - Recursos humanos da SPE.....	27
Quadro n.º 4 - Evolução das ações da SPE, N.º de escolas, total de alunos e alunos participantes.....	27
Quadro n.º 5 - Ações de sensibilização (1).....	28
Quadro n.º 6 - Ações de sensibilização (2).....	29
Quadro n.º 7 - Tipologia dos crimes no âmbito da delinquência juvenil	31
Quadro n.º 8 - Crimes de consumo/tráfico de estupefacientes	32
Quadro n.º 9 - Caracterização da amostra do Grupo A	34
Quadro n.º 10 - Caracterização da amostra do Grupo B	34
Quadro n.º 11 - Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas à questão A1	35
Quadro n.º 12 - Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas à questão A2	36
Quadro n.º 13 - Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas à questão B1	36
Quadro n.º 14 - Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas à questão B2	37
Quadro n.º 15 - Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas à questão B3	37
Quadro n.º 16 - Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas à questão C1	38
Quadro n.º 17 - Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas à questão C2	39
Quadro n.º 18 - Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas à questão C3	39

Quadro n.º 19 - Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas à questão A1	40
Quadro n.º 20 - Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas à questão A2	40
Quadro n.º 21 - Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas à questão B1	41
Quadro n.º 22 - Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas à questão B2	42
Quadro n.º 23 - Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas à questão B3	42
Quadro n.º 24 - Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas à questão C1	43
Quadro n.º 25 - Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas à questão C2	43
Quadro n.º 26 - Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas à questão C3	44
Quadro n.º 27 - Ações de prevenção	45
Quadro n.º 28 - Potencialidades e vulnerabilidades da cooperação	46
Quadro n.º 29 - Balanço da cooperação	47
Quadro n.º 30 - Codificação alfanumérica do Grupo A	V
Quadro n.º 31 - Codificação alfanumérica do Grupo B	VI
Quadro n.º 32 - Análise de resultado da questão A1 dos entrevistados do Grupo A	VIII
Quadro n.º 33 - Análise de resultado da questão A2 dos entrevistados do Grupo A	IX
Quadro n.º 34 - Análise de resultado da questão B1 dos entrevistados do Grupo A	X
Quadro n.º 35 - Análise de resultado da questão B2 dos entrevistados do Grupo A	XI
Quadro n.º 36 - Análise de resultado da questão B3 dos entrevistados do Grupo A	XII
Quadro n.º 37 - Análise de resultado da questão C1 dos entrevistados do Grupo A	XII
Quadro n.º 38 - Análise de resultado da questão C2 dos entrevistados do Grupo A	XIII
Quadro n.º 39 - Análise de resultado da questão C3 dos entrevistados do Grupo A	XIV
Quadro n.º 40 - Análise de resultado da questão A1 dos entrevistados do Grupo B	XV
Quadro n.º 41 - Análise de resultado da questão A2 dos entrevistados do Grupo B	XVI
Quadro n.º 42 - Análise de resultado da questão B1 dos entrevistados do Grupo B.....	XVII
Quadro n.º 43 - Análise de resultado da questão B2 dos entrevistados do Grupo B.....	XVII
Quadro n.º 44 - Análise de resultado da questão B3 dos entrevistados do Grupo B.....	XVIII

Quadro n.º 45 - Análise de resultado da questão C1 dos entrevistados do Grupo B.....	XVIII
Quadro n.º 46 - Análise de resultado da questão C2 dos entrevistados do Grupo B.....	XIX
Quadro n.º 47 - Análise de resultado da questão C3 dos entrevistados do Grupo B.....	XX
Quadro n.º 48 - Limites quantitativos máximos	XXIII

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice A – Guião de Entrevista

Apêndice B – Codificação Alfanumérica das Respostas dos Entrevistados

Apêndice C – Quadro Análise de Conteúdo de Entrevistas

LISTA DE ANEXOS

Anexo A – Limites Quantitativos Máximos

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

AGNU	Assembleia Geral das Nações Unidas
AR	Assembleia da República
CDT	Comissão para a Dissuasão e Toxicodependência
CPTED	<i>Crime Prevention Through Environmental Design</i>
CESIS	Centro de Estudos para a Intervenção Social
CICL	Camões - Instituto da Cooperação e da Língua
CO	Comando Operacional
CPCJ	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
CRP	Constituição da República Portuguesa
CTer	Comando Territorial
DICAD	Divisão de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências
DTer	Destacamento Territorial
FFSS	Forças e Serviços de Segurança
FS	Forças de Segurança
GDCC	Gabinete de Documentação e Direito Comparado
GNR	Guarda Nacional Republicana
HI	Hipótese de Investigação
LOGNR	Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana
LSI	Lei Segurança Interna
LTE	Lei Tutelar Educativa
MAI-DGAI	Ministério da Administração Interna – Direção-Geral da Administração Interna
MJ	Ministério da Justiça
n.º	número
NEP	Norma de Execução Permanente
NES	Núcleo Escola Segura
NIC	Núcleo de Investigação Criminal

NPA	Núcleo de Proteção do Ambiente
NUIPC	Número Único de Identificação de Processo Crime
ONU	Organização das Nações Unidas
p.	página
PCM	Presidência do Conselho de Ministros
pp.	páginas
PTer	Posto Territorial
QC	Questão Central
QD	Questão Derivada
RASI	Relatório Anual de Segurança Interna
RCFTIA	Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada
RGSGNR	Regulamento Geral do Serviço da Guarda Nacional Republicana
RPE	Repartição de Programas Especiais
SDTer	Sub-Destacamento Territorial
SICAD	Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências
SOTRP	Secção de Operações de Treino e Relações Públicas
SPE	Secção de Programas Especiais
SSI	Sistema de Segurança Interna
TIA	Trabalho de Investigação Aplicada
ZA	Zona de Ação

INTRODUÇÃO

A presente investigação focaliza-se na problemática da cooperação institucional entre a Guarda Nacional Republicana (GNR) e os atores locais na prevenção do consumo/tráfico juvenil de estupefacientes. Na impossibilidade de abranger todo o território nacional, centrou-se a observação no Destacamento Territorial (DTER) de Sintra.

Tratando-se de um Trabalho de Investigação Aplicada (TIA) destinado à conclusão do Mestrado em Ciências Militares na especialidade de Segurança, a escolha do tema e da abordagem tem em vista o interesse do investigador, enquanto futuro oficial da GNR, sobre os problemas que afetam os jovens e as ações de prevenção instituídas nesse âmbito. As crianças e os jovens estão sujeitos a múltiplos processos de socialização, quer seja em contexto familiar, num primeiro plano, quer seja posteriormente na escola ou noutra estrutura de socialização, onde se relacionam com grupos heterogéneos. Apesar desses processos, por se encontrarem numa fase de crescimento, desenvolvimento e maturação, crianças e jovens são considerados grupos vulneráveis.

Como nesta fase da vida, o conhecimento e a experiência são poucos, a curiosidade torna-se muitas das vezes preponderante, podendo levar a enveredar por experiências e caminhos desconhecidos com os padrões considerados socialmente normais. A literatura sobre a matéria elucida que a montante estão inúmeros fatores de risco que aumentam a probabilidade de um jovem poder vir a inserir-se num universo onde a delinquência é um fator comum, desde o crescimento em famílias desestruturadas e/ou um clima familiar agressivo até à convivência com os seus pares, fruto da inserção em determinado ambiente social e cultural.

A delinquência juvenil tem sido estudada por diversas disciplinas, por conseguinte variam também as definições do conceito. Porém, as perspetivas convergem no aspeto em que “qualquer abordagem à delinquência juvenil procura ter em conta o contexto social em que o jovem está inserido, bem como as dificuldades que afetam o percurso da criança ou jovem” (Sousa, Silva, Baptista & Lopes, 2004, p. 11). Assim, as influências de ordem social estão presentes no desenvolvimento de certos comportamentos “designadamente, na relação com consumo ou tráfico de substâncias ilícitas (drogas) ou com abusos de substâncias lícitas (tabaco, álcool, etc.)” (Carvalho, 2005, p. 72).

Embora também o abuso de substâncias lícitas constitua perigo para o desenvolvimento dos jovens e para a sua segurança, esta investigação foca-se no consumo/tráfico de estupefacientes, constituindo estas práticas um problema social, que cada vez se inicia mais cedo.

Por conseguinte, torna-se necessária a aplicação de medidas preventivas com vista a reduzir ou, em último caso, a retardar o consumo/tráfico de estupefacientes pois quanto mais cedo uma criança ou um jovem inicia uma atividade ilícita, maior é a probabilidade de haver uma delinquência grave no futuro. É deste modo relevante que todos os atores, que intervêm neste processo, reúnam os seus esforços e direcionem as suas respostas para prevenir que o jovem inicie a sua atividade delituosa e, em última instância, para que haja a reintegração do jovem na sociedade de modo a evitar reincidências e promovendo assim a segurança da comunidade.

Atendendo às funções que vamos desempenhar no futuro como Oficiais da GNR, nomeadamente, como Adjuntos ou como Comandantes de Destacamentos Territoriais, conhecer esta realidade dá-nos ferramentas para poder dar uma resposta mais adequada na prevenção deste tipo de comportamentos, em cooperação com as demais entidades e serviços que estarão presentes na nossa zona de ação (ZA).

Destarte, no âmbito da cooperação institucional pretende-se identificar formas de ação de prevenção, detetar eventuais vulnerabilidades e sempre que possível propor melhorias para as colmatar, bem como elencar possíveis práticas que possam ser exercidas no que respeita à prevenção do consumo/tráfico juvenil de estupefacientes.

Assim, o objetivo geral deste trabalho consiste em aferir formas de potenciar a cooperação institucional entre o DTer de Sintra e os atores locais na prevenção do consumo/tráfico juvenil de estupefacientes.

No que concerne aos objetivos específicos pretende-se:

- Identificar as ações que são desenvolvidas na zona de ação do DTer de Sintra na prevenção do consumo/tráfico juvenil de estupefacientes.
- Entender quais são as vulnerabilidades da cooperação institucional entre o DTer de Sintra e os atores locais na prevenção do consumo/tráfico juvenil de estupefacientes.
- Descrever, na perspetiva da GNR e dos atores locais, que balanço emerge dessa cooperação.

Seguindo as recomendações de Quivy e Campenhoudt (2008) formulou-se a questão central que guiará toda a pesquisa, consistindo no seguinte: “Como potenciar a

cooperação institucional entre o DTer de Sintra e os atores locais na prevenção do consumo/tráfico juvenil de estupefacientes?”

Seguidamente, definiram-se questões derivadas, no intuito de aprofundar a questão central e orientar o trabalho de recolha de informação. Por sua vez, a recolha de informação privilegiou a técnica de entrevista, aplicadas a profissionais da GNR e a atores locais. As questões derivadas (QD), bem como as hipóteses de investigação (HI) formuladas e a constituição da amostra serão apresentadas no capítulo metodológico.

Tendo em conta os objetivos e o problema formulados, o presente trabalho encontra-se estruturado em quatro capítulos.

O primeiro Capítulo, com base na revisão da literatura, centra-se na definição de delinquência juvenil e nos fatores de risco, estreitando a abordagem aos comportamentos aditivos e dependências toxicológicas nos jovens. Neste capítulo faz-se ainda o devido enquadramento legal no âmbito do consumo/tráfico, uma vez que importa distinguir situações em que estamos perante a prática de crime e de uma contraordenação. Termina-se com a remissão deste tipo de comportamentos para a legislação penal especial em caso de crime.

O segundo Capítulo incide sobre o papel da Guarda Nacional Republicana na prevenção do consumo/tráfico de estupefacientes. Abordam-se as atribuições e responsabilidades da GNR nesta matéria, a sua caracterização e composição, e por fim, o desenvolvimento da sua atividade na prossecução da prevenção do consumo/tráfico juvenil de estupefacientes.

O terceiro Capítulo apresenta o método de investigação, especificando a sua natureza, o modelo de análise, a contextualização da observação, e as técnicas de recolha e de tratamento de dados utilizadas.

O quarto e último Capítulo reporta-se ao trabalho de campo, remetendo à análise documental relativa à observação em estudo e à apresentação, análise e discussão dos resultados, das entrevistas realizadas, contendo os aspetos principais do trabalho de campo.

Na Conclusão procede-se verificação das hipóteses e as respetivas respostas às questões de investigação e, posteriormente, à questão central, acabando com propostas de investigação futuras.

A presente investigação rege-se segundo a Norma de Execução Permanente (NEP) n.º 522/1.º/AM de 20 de janeiro de 2016 que estabelece as normas para a redação de trabalhos de investigação relativo ao Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada (RCFTIA).

CAPÍTULO 1 – A COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL NA PREVENÇÃO DA DELINQUÊNCIA JUVENIL

1.1 A Prevenção da Delinquência Juvenil Através da Cooperação Institucional

Numa aceção abrangente, a cooperação institucional é a colaboração “de longo prazo, regular e com acordo (geminção, protocolo, etc.) assinado, entre duas instituições similares. É um instrumento para o desenvolvimento institucional, consubstanciado no reforço da capacidade institucional” (Camões - Instituto da Cooperação e da Língua [CICL], 2016).

No que concerne à cooperação institucional na prevenção da delinquência juvenil, existe um manancial de instrumentos normativos que norteiam a atividade da sociedade portuguesa nesse sentido. Tal reflete o facto da problemática da delinquência juvenil estar no centro dos debates das sociedades modernas e na esfera das decisões políticas. Pese embora, o fenómeno da delinquência juvenil, vulgarmente se entenda “como um caso de polícia ou de tribunal, a delinquência de crianças e jovens é, fundamentalmente, um problema social que diz respeito a toda a sociedade” (Carvalho, 2012, p. 33). Perante este problema social cabe ao Estado uma dupla resposta. Por um lado é necessário uma resposta reativa na aplicação de medidas tutelares para oferecer segurança à sociedade; e por outro lado, uma “resposta proactiva de prevenção da delinquência juvenil e inserção dos jovens que potencialmente se encontram a caminho da marginalidade e exclusão” (Presidência do Conselho de Ministros [PCM], 2001, p. 68).

Percebemos assim que a prevenção não é fácil de realizar pois consiste numa “tarefa longa e não imediata, que passa pela evolução da cidadania e da consciência social de toda a sociedade. O melhor lugar para a realizar é, obviamente, a escola” (Tomás & Belo, 2012, p. 10). Embora os resultados de um plano de prevenção não apareçam no imediato “há que perceber que todo o investimento no campo da prevenção será pouco quando comparado com o que *a posteriori* se virá a gastar em segurança caso uma actuação preventiva não seja realizada” (Carvalho, 2012, p. 34).

Assim, “a necessidade de intervenção preventiva nos problemas de comportamento relacionados com a delinquência surge da constatação de que na sua origem se encontram comportamentos desviantes de início precoce” (Benavente, 2002, p. 642). Por isso, “quanto mais cedo se inicia a actividade delitativa, maior é a probabilidade de existir uma delinquência grave e crónica no futuro (...) delinquentes precoce, comparativamente com os delinquentes tardios, têm duas a três vezes maior risco de se tornarem delinquentes habituais” (Relatório do estudo do Grupo sobre Delinquência Juvenil Grave e Violenta, citado por Ministério da Administração Interna – Direção-Geral da Administração Interna [MAI-DGAI], 2009, p. 46).

Por conseguinte, em contexto internacional, a partir do séc. XX, ganhou força a tomada de consciência para matérias relacionadas com a proteção dos direitos das crianças e jovens.

A Declaração de Genebra foi o primeiro normativo internacional a fazer referência aos direitos das crianças, datada de 1924, proclamada pela Sociedade das Nações, a predecessora da Organização das Nações Unidas. Para a presente Declaração a “criança deve ser protegida independentemente de qualquer consideração de raça, nacionalidade ou crença, deve ser auxiliada, respeitando-se a integridade da família e deve ser colocada em condições de se desenvolver de maneira normal, quer material, quer moral, quer espiritualmente” (Gabinete de Documentação e Direito Comparado [GDCC], 2016).

Entre a década de 80 e 90, há uma nova tomada de consciência internacional relacionada com os direitos das crianças, resultando no “aparecimento de importantes documentos da Organização das Nações Unidas (ONU), de instituições europeias, assim como na criação de leis em vários países, que se tornariam, também, textos de referência sobre a acção social no quadro da delinquência juvenil” (Sousa et al, 2004, p. 55).

Através da Resolução 40/33, de 29 de novembro de 1985, a Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), adota as Regras Mínimas para a Administração da Justiça de Menores, também conhecidas como Regas de *Beijing*. As regras vêm em anexo da referida Resolução e determinam que:

“Os Estados membros esforçar-se-ão por criar condições que assegurem ao menor uma vida útil na comunidade fomentando, durante o período de vida em que o menor se encontre mais exposto a um comportamento desviante, um processo de desenvolvimento pessoal e de educação afastado tanto quanto possível de qualquer contacto com a criminalidade e a delinquência”. (GDCC, 2016)

Para proporcionar este processo de desenvolvimento pessoal e de educação é preciso tomar medidas positivas que aglomerem “todos os recursos existentes incluindo a

família, os voluntários e os outros grupos comunitários, assim como as escolas e outras instituições comunitárias” (GDDC, 2016). Quando se trata de jovens, sempre que for possível, a polícia e o Ministério Público devem evitar o recurso a um processo judicial. Os polícias que trabalham “frequentemente, ou exclusivamente, com menores ou que se dedicam essencialmente à prevenção da delinquência juvenil devem receber uma instrução e uma formação especiais” (GDDC, 2016).

Na sequência de documentos aprovados pela AGNU, surgem na Resolução n.º 45/112, de 14 de dezembro de 1990, os princípios orientadores das Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil, conhecidos por *Diretrizes de Riade*.

Esta resolução refere que, a prevenção da delinquência juvenil é uma parte da responsabilidade social de maneira que, se os jovens enveredam por uma atividade legal e útil, eles podem desenvolver atividades não criminosas. Contudo, esta tarefa requer esforços por parte de toda a sociedade, com vista ao desenvolvimento harmonioso do adolescente, desde a mais tenra idade. Para tal, é necessário “adotar políticas progressivas de prevenção da delinquência, de efetuar um estudo sistemático, de elaborar medidas que evitem criminalizar e penalizar um menor por um comportamento que não cause danos sérios ao seu desenvolvimento ou prejudique os outros” (Gabinete de Documentação e Direito Comparado [GDDC], 2014).

Esta resolução refere no n.º 6 que devem ser criados serviços e programas de base comunitária para a prevenção da delinquência juvenil, especialmente naqueles locais onde não estão implementados organismos oficiais. Estes planos de prevenção da delinquência juvenil devem ser planeados com base em conclusões de investigações científicas, periodicamente supervisionados, avaliados e afinados de acordo com as mesmas. Os próprios jovens devem fazer parte da sua conceção, preparação e concretização. Devem ser feitos esforços “através da criação de mecanismos apropriados, a interação e a coordenação multidisciplinar e intersectorial entre entidades e serviços económicos, sociais, educativos e de saúde, o sistema judiciário, instituições da juventude, da comunidade e de desenvolvimento e outras instituições relevantes” (GDDC, 2014). Neste sentido, deve haver a troca de informações, de experiência e de conhecimentos técnicos entre as várias entidades e serviços em matéria de criminalidade juvenil quer a nível nacional, regional e internacional.

Em contexto nacional, e começando pela Lei Fundamental, a Constituição da República Portuguesa (CRP) prevê a criação de uma “política de juventude que deverá ter

como objectivos prioritários o desenvolvimento da personalidade dos jovens” (n.º 2, do artigo 70.º, da CRP).

O Programa do XXI Governo Constitucional visa a criação de um Programa Nacional de Prevenção e Segurança de Proximidade e, ainda, desenvolver os atuais programas. Algumas medidas propostas para cumprir estes intentos passam por: atualizar e instituir novos contratos locais de segurança; atualizar os planos e metodologias de formação para a prevenção e segurança de proximidade; melhorar e desenvolver os atuais programas nas áreas das políticas de prevenção e de segurança de proximidade (Governo, 2015, pp 58 e 59).

Um olhar atento à Lei Quadro da Política Criminal refere que, o “Ministério Público, os órgãos de polícia criminal e os departamentos da Administração Pública que apoiem as acções de prevenção (...) observam, na distribuição de meios humanos e materiais, os objectivos, prioridades e orientações constantes da lei sobre política criminal” (n.º 2, do artigo 11.º, da Lei n.º 17/2006, de 23 de Maio).

Consultando a Lei de Política Criminal para o biénio 2015-2017, apenas menciona que “na prevenção da criminalidade, as forças e os serviços de segurança desenvolvem programas de segurança comunitária e planos de policiamento de proximidade destinados a proteger vítimas especialmente vulneráveis” (artigo 6.º, Lei n.º 72/2015, de 20 de Julho). Sobre a delinquência juvenil nada se evidencia no capítulo da prevenção. Deste modo, em Portugal ainda não há um programa/plano nacional de prevenção da delinquência juvenil, no entanto o Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) 2015 apresenta como uma orientação estratégica para 2016 o “desenvolvimento de um Programa Nacional de Prevenção da Delinquência Juvenil” (Sistema de Segurança Interna [SSI], 2016, p. 243).

1.2 Definição e Fatores de Risco da Delinquência Juvenil

A delinquência juvenil é um problema social que tem merecido investigações e estudos profundos nas mais variadas áreas das ciências sociais e humanas, nomeadamente na área do Direito, da Psicologia e da Sociologia. Consequência disso é a ambiguidade da definição do conceito de delinquência juvenil que pode levar à equivocação do uso e do sentido de utilização deste conceito.

Apesar dessa diversidade concetual, há consenso em considerar que “qualquer abordagem à delinquência juvenil procura ter em conta o contexto social em que o jovem

está inserido, bem como as dificuldades que afectam o percurso da criança ou jovem” (Sousa et al, 2004, p. 11).

A delinquência advém do termo delinquir, que está associado ao ato de cometer um delito. Por sua vez, delito “é qualquer comportamento (ato ou omissão) punível por lei em virtude do sistema jurídico considerado” (Gabinete de Documentação e Direito Comparado [GDDC], 2016), portanto na área do direito, o delinquente “é todo aquele que transgride as normas jurídicas” (Luzes, 2010, p. 2).

Contudo esta definição pode vir a ser confundida com o conceito de desvio. O desvio “engloba não apenas as divergências classificadas como crimes, mas também todas aquelas a que *Durkheim* chamou erros morais e que se referem aos actos objecto de reprovação moral e de censura pública” (Ferreira, 1999, p. 637).

Assim, a delinquência juvenil surge “como uma subcategoria do comportamento desviante, reportando-a a actos levados a cabo por crianças e jovens que quebram ou violam as regras sociais instituídas em quadros jurídicos” (Binder, Arnold, Gilbert & Dickson, 2001 citado em Carvalho, 2005, pp. 71 e 72). Porém, nem todos os indivíduos são designados como delinquentes pois há delitos que não são apropriados para obterem essa identidade social (Carvalho, 2005).

Para a psicologia, a delinquência juvenil é um “sintoma de patologia (em que a personalidade está perturbada e há perigo para a sociedade)” (Benavente, 2002, p. 637). É “considerada como um transtorno psicossocial, do desenvolvimento, que deve ser entendido pela sua complexidade” (Rutter, 2000; Scaramella, Conger, Spoth & Simons, 2002 citado em Laranjeira, 2007, p. 222). O indivíduo que interessa para a psicologia “é aquele que possui transtornos internos anti-sociais que motivam a ação delituosa e a sua reincidência, este indivíduo sofre de perturbações que o impossibilitam de se adaptar às normas do ambiente” (Luzes, 2010, p. 3).

Negreiros refere a delinquência juvenil como “um comportamento antissocial, que abrange uma vasta gama de atividades como atos agressivos, furto, vandalismo, fugas ou outros comportamentos que traduzem, de um modo geral, uma violação das normas ou de expectativas socialmente estabelecidas” (2008, p. 12 citado em Vieira, 2014, p. 8).

A delinquência juvenil pode ser entendida como “todos os comportamentos problemáticos que se manifestam no decurso de transição dos jovens para a vida adulta, sendo entendidos como comportamentos de quebra de condutas sociais convencionais que o indivíduo manifesta decorrentes de um processo de socialização juvenil” (Carvalho, 2003, p.27 citado por Perista et al, p. 8).

Segundo Ferreira (1997, p. 916) a delinquência juvenil:

“envolve o conjunto de respostas e de intervenções institucionais e legais em relação a menores que cometem infracções criminais ou que se encontram em situações ou exibem comportamentos potencialmente delinquentes, nomeadamente nos casos em que existe grave negligência familiar ou em que as crianças ou adolescentes revelam comportamentos desviantes e desajustados da realidade psicossocial do grupo etário a que pertencem”.

Este tipo de comportamentos delinquentes têm maior expressão entre os 15 e os 17 anos (Benavente, 2002). Posteriormente há uma tendência em decrescer com a aproximação da idade adulta. Normalmente a delinquência assume uma índole provisória e momentânea, “pode assumir até, e um pouco contraditoriamente, um papel positivo. Por vezes, é a partir dela que se clarificam os limites dos comportamentos, o significado situacional dos valores e das normas e as consequências das sanções” (Ferreira, 1997, p. 924). Nestes termos, a delinquência juvenil pode até ser considerada como “um parâmetro do processo normal de socialização” (Pingeon, 1982 citado em Laranjeira, 2007, p. 223), em que “a relação entre a adolescência e transgressão pode ser considerada como obrigatória, sendo esta última, necessária para o desenvolvimento, para o crescimento e para o processo de aquisição de novas formas de socialização” (Benavente, 2002, p. 637).

Com base no exposto, assumimos o conceito de delinquência juvenil como os comportamentos desviantes em violação às normas jurídicas no decurso de transição do jovem para a idade adulta, nomeadamente até aos 21 anos.

Apesar de, comumente, associarmos a delinquência a comportamentos antissociais que revelam infrações às normas e regras socialmente estabelecidas, “mais do que estigmatizar importa, muitas vezes, assumi-la como estratégia de socialização em que o jovem é muitas vezes vítima da constelação familiar, do sistema escolar, da situação sociocultural e dum universo subtilmente repressivo” (Laranjeira, 2007, p. 223). Por conseguinte, importa atender aos fatores de risco desde cedo.

Por um lado, na perspetiva sociológica encontramos dois modelos de análise sobre a delinquência juvenil: “o do controlo social e o da identidade/subcultura, partindo do pressuposto que a adolescência é uma idade aberta e vulnerável ao desvio” (Ferreira, 2000 citado em Benavente, 2002, p. 638).

No que concerne ao primeiro modelo, este relata que há um fracasso entre as estruturas de autoridade e controlo social, uma vez que diminui a integração e ação dos controlos externos e internos. Assim, as “dificuldades na eficácia dos controlos pessoais e na supervisão exercida pelos pais, sobre as crianças e jovens, designadamente em grupos

socioeconômicos desvalidos, são legitimados pelo enfraquecimento da conformidade social” (Laranjeira, 2007, p. 224). A maior incidência da delinquência juvenil em grupos socialmente desfavorecidos e etnicamente minoritários é vista neste modelo “como resultado do enfraquecimento institucional, dos fatores tradicionais de socialização” (Costa, 1999 citado em Laranjeira, 2007, p. 224). Na mesma linha, “também nas cidades, os índices de delinquência aumentam, devido à diminuição das instituições e organizações locais para controlarem os comportamentos dos jovens” (Jardim, 1993 citado em Benavente, 2002, p. 639).

No que respeita ao segundo modelo, “o desvio surge como resolução a problemas com os quais os jovens se defrontam no desenvolvimento das suas identidades sociais” (Laranjeira, 2007, p. 224), pois o desenvolvimento da identidade social tem como base a definição do grupo. Neste aspeto assinala-se “a influência do grupo sobre os jovens, mostrando que a conformidade jovem/grupo condiciona determinados comportamentos, tais como: roubo, consumo de substâncias, abandono escolar, etc., de acordo com processos de aprendizagem como a imitação ou a modelagem” (Ventura, 1999 citado em Benavente, 2002, p. 639). Também se considera o aparecimento de comportamentos desviantes ligados a fatores de risco como “a existência de violência doméstica ou no bairro, o abuso de álcool, o envolvimento no tráfico de droga, a posse de arma e a associação com adolescentes e/ou adultos delinquentes” (Rae-Grant, McConville, Kenned, Vaughan & Steiner, 1999 citado em Benavente, 2002, p. 639).

Por outro lado, na perspetiva da psicologia, “é importante ter em conta uma análise da história clínica adolescente” (Paiva & Sousa, 1983 citado em Benavente, 2002, p. 640) e evitar a estigmatização do jovem que poderá ter consequências dramáticas. Pois, “existem evidências empíricas substanciais que relacionam aspectos do desenvolvimento precoce (depressão materna, maus-tratos infantis, hostilidade dos pais) com o desenvolvimento de padrões de comportamento anti-social” (Aguilar, Sroufe, Egeland & Carlson, 2000 citado em Laranjeira, 2007, p. 225).

Segundo Ferreira (1997), a família constitui “um contexto cultural de primeiro plano no qual o adolescente pode adquirir e interiorizar as orientações e as definições no sentido da conformidade” (Ferreira, 1997, p. 921). Em segundo plano, a escola “é o local privilegiado para a formação de grupos etariamente homogêneos, partilhando representações e interesses comuns que constituem a chamada subcultura juvenil” (Ferreira, 1997, p. 922). Todavia a escola pode ser um elemento de socialização positivo ou negativo. Portanto, a delinquência juvenil é fruto do fracasso da família e da escola,

visto que estas duas estruturas de socialização têm a responsabilidade de acompanhar e supervisionar o desenvolvimento do jovem.

Este autor acrescenta ainda que este fenómeno pode ser visto segundo duas imagens: o delinquente subsocializado e o delinquente socializado. O primeiro relaciona-se com a ausência relativa de laços fortes com os outros e com as instituições convencionais, enquanto o segundo alerta para a aprendizagem de comportamentos e atitudes socialmente desviantes através da exposição às ações dos outros.

1.2.1 Comportamentos Aditivos e Dependências Toxicológicas nos Jovens

Consideram-se comportamentos aditivos os “comportamentos com características impulsivas-compulsivas em relação a diferentes atividades ou condutas (...) a continuidade e a perseverança deste tipo de comportamento, coexistindo com outros fatores neurobiológicos, psicológicos, genéticos e ambientais, poderá evoluir para dependência” (Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências [SICAD], 2013, p. 10). Trata-se assim de um comportamento que se tornou hábito de alguém a ponto de rejeitar outras atividades, prejudicando o indivíduo ao nível físico, mental ou social.

A dependência corresponde a “um conjunto de fenómenos fisiológicos, cognitivos e comportamentais que podem desenvolver-se, por exemplo, após o uso repetido da substância” (SICAD, 2013, p. 10). Deste modo, integram-se como substâncias possíveis de dependência os estupefacientes.

Considera-se estupefaciente a “substância que geralmente provoca habituação e cujos efeitos são a supressão de dor e alterações do sistema nervoso, tendo consequências nocivas para a saúde a nível físico e mental; narcótico” (Porto Editora, 2014, p. 682). Por sua vez, narcótico está relacionado com a “substância que provoca diminuição de sensibilidade e sensação de bem-estar, conduzindo à habituação ou à dependência, se usado exageradamente” (Porto Editora, 2014, p. 1106), como é o caso da droga.

Ora, “a juventude começa por ser uma categoria socialmente manipulada e manipulável” (Pais, 1990, p. 140) e “tem sido encarada como uma fase de vida marcada por uma certa instabilidade associada a determinados «problemas sociais»” (Pais, 1990, p. 141). O autor elenca que alguns dos problemas sociais específicos dos jovens estão relacionados com drogas.

Assim, muitas das discussões efetuadas sobre a juventude “têm vindo a enfatizar a ligação entre influências de ordem social e o desenvolvimento destes comportamentos,

designadamente, na relação com consumo ou tráfico de substâncias ilícitas (drogas) ou com abusos de substâncias lícitas (tabaco, álcool, etc.)” (Carvalho, 2005, p. 72).

A droga constitui uma ameaça ao sentimento de segurança “porque provoca a destruturação, desumanização e degradação do indivíduo; gera violência, criminalidade (...) o roubo; mina as estruturas familiares, económicas e sociais; potencia o abandono escolar, a marginalidade” (Bellamy & Freedman, 2000 citado por Gonçalves, 2008, p. 2).

Carvalho (2005, p. 86) faz referência aos estudos de (Matos & Carvalhosa, 2001) que mencionam “uma associação positiva entre o abandono escolar precoce e a iniciação em consumos de tabaco, drogas e álcool, estando 70% deste subuniverso referenciado a estes consumos”. Como referido anteriormente, a escola tem uma ação fundamental na influência positiva ou negativa nesta etapa da vida, na medida em que, por um lado os jovens podem afundar no mundo da toxicodependência, e por outro lado, ganharem capacidades de tomar decisões conscientes e lidar melhor com esta problemática.

A identificação da escola como um ator crucial resulta do reconhecimento da infância, juventude e adolescência como fases de aprendizagem de hábitos de vida saudáveis (ou não) que são determinantes para se intervir preventivamente, com objetivo da promoção e construção da saúde pelos próprios sujeitos (Carvalho, 2003 citado por Gonçalves, 2008).

Porém, as ações de prevenção na área da droga caracterizam-se historicamente “por uma sucessão de tentativas mais ou menos fracassadas de controlar o fenómeno do uso/abuso de drogas” (Negreiros, 2000, p. 121). Mesmo existindo um aumento no número de iniciativas e projetos, “no meio científico são recorrentes as posições críticas em relação à eficácia dessas intervenções” (Negreiros, 2000, p. 121).

1.3 Consumo/Tráfico Juvenil de Estupefacientes: Enquadramento Legal

Em Portugal, o Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro, com última alteração dada pela Lei n.º 77/2014, de 11 de novembro, tem como finalidade a definição do regime aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas. Neste diploma estamos perante três sujeitos: traficante, traficante-consumidor e o consumidor.

Quanto ao traficante, o artigo 21.º faz o devido enquadramento penal a quem se dedicar ao tráfico ou outras atividades (cultivar, produzir, transportar, vender, distribuir, comprar, importar, entre outras) sendo punido com pena de prisão que varia consoante as

substâncias ou preparações das diferentes tabelas. O artigo 24.º elenca as situações em que a pena pode sofrer uma agravação.

O traficante-consumidor encontra-se previsto no artigo 26.º do presente diploma. Este preceito legal refere que quem praticar algumas das atividades previstas no artigo 21.º para uso pessoal, tem uma redução na moldura penal desde que a quantidade necessária para o consumo médio individual não exceda o período de cinco dias.

No que respeita ao sujeito consumidor, o artigo 40.º foi revogado com a introdução da Lei n.º 30/2000, de 29 de novembro, alterada pelo Decreto-Lei n.º 114/2011, de 30 de novembro, que define o regime aplicável ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, bem como a proteção sanitária e social das pessoas que consomem tais substâncias sem prescrição médica.

Com esta alteração, a aquisição, consumo e posse de droga para consumo próprio foi descriminalizado, mas não despenalizado. Segundo o artigo 2.º do diploma suprarreferido o consumo deixa de ser crime e passa a contraordenação caso a quantidade necessária para o consumo médio individual não exceda o período de 10 dias¹. O artigo 4.º prevê que as autoridades policiais procedem à identificação do consumidor e a uma eventual revista e, ainda, à apreensão das plantas ou substâncias encontradas na posse do sujeito consumidor, elaborando o auto de ocorrência que é remetido para a Comissão para a Dissuasão e Toxicodpendência (CDT). Esta comissão é a responsável pelo processamento das contraordenações e pela aplicação da respetiva sanção acessória.

Por conseguinte, na situação que se configura como crime, só a partir dos 16 anos é que o indivíduo pode responder pelos seus atos no sistema judicial. Até essa idade “apenas pode ser objeto de uma intervenção que conduza ao estabelecimento de medidas de proteção e educativas, nunca podendo a criança ou o jovem ser submetido a julgamento criminal que leva à execução de uma pena de prisão” (Duarte & Carvalho, 2015, p. 103).

Os crimes praticados por indivíduos até aos 21 anos, “à luz” do Código Penal Português são remetidos para legislação especial, nos termos do artigo 9.º, nomeadamente a Lei n.º166/99, de 14 de setembro, que aprovou a Lei Tutelar Educativa (LTE) e o Decreto-Lei n.º 401/82, de 23 de setembro, que preconiza o Regime Penal Especial, para jovens com idades compreendida entre os 16 e os 21 anos.

Embora a LTE delimite a aplicação das medidas a jovens com idades compreendidas entre 12 e 16 anos de idade, a execução da medida tutelar pode prolongar-

¹ Ver Anexo A – Limites Quantitativos Máximos.

se até à data em que o jovem faz 21 anos, nos termos do artigo 5.º da LTE. Por seu turno, o Decreto-Lei n.º 401/82, de 23 de setembro, considera jovem para efeitos do presente diploma, o agente que tiver completado 16 anos sem ter atingido os 21 anos de idade no momento da prática do crime (n.º 1, do artigo 1.º, do Decreto-Lei n.º 401/82, de 23 de setembro) e exclui a imputabilidade a indivíduos portadores de anomalia psíquica (n.º 3, do artigo 1.º, do Decreto-Lei n.º 401/82, de 23 de setembro).

A remissão do Código Penal Português para estas duas leis pode ser entendida como a correção do comportamento do jovem delinquente, atenuando os efeitos que a aplicação das penas acarreta, com vista à reinserção social do sujeito, na medida em que uma reintegração bem-sucedida pode prevenir a reincidência contribuindo assim para a reeducação do jovem e promoção da segurança na sociedade.

CAPÍTULO 2 – A GUARDA NACIONAL REPUBLICANA NA PREVENÇÃO DO CONSUMO/TRÁFICO DE ESTUPEFACIENTES

2.1 A Guarda Nacional Republicana na Prevenção do Consumo/Tráfico de Estupefacientes: Enquadramento Legal

A Lei Fundamental refere que “a prevenção dos crimes, incluindo a dos crimes contra a segurança do Estado, só pode fazer-se com observância das regras gerais sobre polícia e com respeito pelos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos” (n.º 3, do artigo 272.º, da CRP). Para esse cumprimento é fixado por lei uma organização única em todo o território nacional para as Forças de Segurança (FS).

Por sua vez, a segurança interna é a “actividade desenvolvida pelo Estado para garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas, proteger pessoas e bens, prevenir e reprimir a criminalidade (...) regular exercício dos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos” (n.º 1, do artigo 1.º, da Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto, Lei Segurança Interna - LSI). Concorrem para esta atividade do Estado a GNR, no exercício das suas funções [alínea a), do n.º 2, do artigo 25.º, da LSI].

Destarte é a Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro, que fixa a organização da GNR para todo o território nacional, definindo como missão, “assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos (...) nos termos da Constituição e da lei” (n.º 2, do artigo 1.º, da Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana - LOGNR).

Devido à pluralidade de valências, à GNR incumbem múltiplas atribuições, sendo de destacar a “prevenção da criminalidade em geral, em coordenação com as demais forças e serviços de segurança” [alínea c), n.º 1, do artigo 3.º, da LOGNR]. No que respeita mais diretamente a esta investigação, cumpre-lhe “prevenir e detectar situações de tráfico e consumo de estupefacientes ou outras substâncias proibidas, através da vigilância e do patrulhamento das zonas referenciadas como locais de tráfico ou de consumo” [alínea m), n.º 1, do artigo 3.º, da LOGNR]. Também, compete à GNR o dever de colaborar “com as autoridades públicas, designadamente com os órgãos autárquicos e outros organismos, nos

termos da lei” (n.º 1, artigo 6.º, da LOGNR) e ainda, em prestar colaboração com outras entidades públicas ou privadas na prossecução da segurança de pessoas e bens quando solicitada (n.º 1, do artigo 18.º, da LOGNR).

Na Diretiva Estratégica para 2015-2020, o General Comandante-Geral da GNR tendo em conta o amplo espectro de competência da GNR, as suas atribuições e a área de responsabilidade de atuação, elenca o seguinte:

“urge a necessidade de continuarem a ser desenvolvidos esforços conducentes à especialização técnica e científica dos seus recursos, ao avanço da componente tecnológica, à reformulação dos modelos de intervenção e à aposta em novos processos de coordenação e de cooperação, no plano interno ou ao nível das relações com outros atores e sistemas internacionais, com a finalidade de providir para melhor servir” (GNR, 2014, p. 30).

Mais diretamente relacionados com esta investigação importa destacar os objetivos estratégicos definidos pela GNR no sentido de “fomentar e potenciar uma maior interação Guarda-Cidadão, dinamizando os Programas Especiais de Prevenção e Policiamento, as parcerias locais e a utilização das redes e tecnologias de informação” (GNR, 2014, p. 78) e a intensificação do patrulhamento nas zonas suscetíveis de maior fonte de perigo, com vista a prevenir, reduzir e reprimir a criminalidade e outros comportamentos antissociais.

2.2 O Patrulhamento na Prevenção do Consumo/Tráfico de Estupefacientes

No que concerne à prevenção da criminalidade em geral, a GNR executa missões policiais, através do patrulhamento intensivo em toda a sua ZA, “num estreito contacto com as populações, desde o mais remoto povoado até à mais cosmopolita das nossas cidades” (Guarda Nacional Republicana, 1996, p. III – 2).

Este tipo de ações têm objetivos preventivos, visto que pela sua presença e visibilidade a GNR visa “controlar todas as áreas a seu cargo, limitar os riscos de desordem e de acidentes e dissuadir a prática de quaisquer actos delituosos (...) que requerem constante atenção sobre determinados extractos sociais e locais” (Guarda Nacional Republicana, 1996, p. III – 3).

Dada a ZA que lhe está atribuída, a GNR assume a “responsabilidade directa pela garantia da segurança, da paz e da tranquilidade públicas em cerca de 94% do território nacional, servindo 5.580.187 habitantes (cerca de 53,9% da população residente) e acompanhando os grandes movimentos sazonais de pessoas” (Copeto, 2011, p. 54), o que obriga a uma flexibilidade e complexidade na sua organização.

A parte mais significativa dos militares da GNR que desempenha esta missão está presente nas unidades territoriais que estão na dependência direta do Comando Operacional (CO). Estas unidades territoriais compreendem os Comandos Territoriais (CTer), adstritos a cada distrito e que podem ser comandados por um Coronel ou Tenente-Coronel (artigo 37.º, da LOGNR). Por sua vez, estas unidades ramificam-se em subunidades operacionais, nomeadamente os DTer, comandados por Major ou Capitão, os Sub-Destacamentos Territoriais (SDTer), comandados por um Oficial Subalterno e os Postos Territoriais (PTer), comandado por um Sargento (artigo 39.º, da LOGNR).

Uma das missões policiais mais relevantes é o patrulhamento que tem como objetivos principais “a vigilância e a fiscalização, com uma finalidade essencialmente preventiva, visando a manutenção da tranquilidade pública e o respeito pelas leis, e constitui importante fonte de informação, elemento primordial na orientação da actividade de polícia” (Guarda Nacional Republicana, 1997, p. I – 1). O patrulhamento é a essência da atividade do serviço operacional diário, realizado de forma ininterrupta, é desempenhado pelas patrulhas, constituídas no mínimo por 2 militares dos PTer ou de outros escalões (artigo 161.º, do Regulamento Geral do Serviço da Guarda Nacional Republicana - RGSGNR) escalando o efetivo de acordo com as necessidades do serviço.

Especificamente, na prevenção do consumo/tráfico de estupefacientes os comandos responsáveis pelo serviço policial devem “usar do maior empenho em todas as actividades que visem a descoberta (...) identificação de quantos se dediquem ao seu tráfico e comércio clandestinos” (artigo 174.º do RGSGNR), com base nos indícios e informações recolhidos ou conhecidos durante a execução do patrulhamento. Têm o dever especial de efetuar a vigilância “em áreas específicas e nas imediações de estabelecimentos de ensino, onde os traficantes de estupefacientes, sob os mais diversos pretextos, procuram formas de intervenção junto dos jovens” (n.º 3, do artigo 174.º, do RGSGNR).

O Comandante tem o poder de articular as patrulhas e de ordenar a concentração de meios em determinados locais como entender mais adequado ao que as circunstâncias exigirem. É esta linha de pensamento que permite ao Comandante decidir onde designa os militares na prevenção da criminalidade em geral.

2.3 A Secção de Programas Especiais na Prevenção do Consumo/Tráfico de Estupefacientes

As mudanças ocorridas ao nível da criminalidade têm vindo a tornar o cidadão mais exigente, requerendo um serviço de qualidade por parte das Forças e Serviços de Segurança (FFSS), de forma a poder responder aos seus problemas e expectativas, o que pressupõe um desafio constante para a GNR.

Este novo paradigma criminal trouxe alterações ao modo de pensar e de produzir o sentimento de segurança, introduzindo assim um novo conceito em Portugal, o Policiamento de Proximidade e Segurança Comunitária, que visa aproximar a força policial da população e fazer com que o cidadão tenha um papel ativo na segurança do país, o que implica que a atividade policial se centre em torno do cidadão. Este novo modelo veio mudar a imagem do modelo tradicional de policiamento em que a segurança era assegurada através de um policiamento reativo (...) limitava-se, essencialmente, a atuar ou a reprimir quando as leis eram violadas” (Rocha, 2012, p.11).

No que concerne à GNR, o policiamento de proximidade “assenta numa filosofia e estratégia organizacional que permita à Guarda Nacional Republicana trabalhar em conjunto com a comunidade, no intuito de através deste mútuo apoio se dar uma satisfação à resolução dos problemas da sociedade” (Guarda Nacional Republicana [GNR], 2014), passando por uma ligação aos problemas das pessoas e “exigindo um trabalho permanente de diagnóstico local, através do contacto directo com as forças vivas locais” (Guarda Nacional Republicana [GNR], 2011, p. 2).

Nos últimos anos desenvolveu-se a especialização no seio das FFSS no âmbito das medidas governamentais que instituíram Programas Especiais de Policiamento de Proximidade (PEPP) dirigidas às populações particularmente mais vulneráveis. É através do bom relacionamento com os cidadãos e de uma rede de comunicações que se proporciona a transmissão de informação em tempo útil e oportuno, o que de certa forma potencia a antevisão e previsão orientada para a atividade desenvolvida pelos PEPP. As notícias recolhidas pelos militares das SPE durante o seu serviço operacional são fundamentais nas ações de prevenção e apoio à tomada de decisão (GNR, 2011).

Neste sentido, na estrutura orgânica da GNR foi criada ao nível do CO, a Repartição de Programas Especiais (RPE) que se encontra integrada na Divisão de Emprego Operacional da Direção de Operações do Comando Operacional; ao nível dos CTer, criou-

se a área de Programas Especiais nas Secções de Operações de Treino e Relações Públicas (SOTRP) e nos DTer as Secções de Programas Especiais (SPE).

A SPE está na dependência direta do Comandante do DTer. Para a promoção dos vários PEPP a SPE é constituída em três núcleos, podendo vir a ser criados outros: Núcleo Escola Segura (NES), Núcleo Comércio Seguro e Núcleo Idosos em Segurança (GNR, 2011). Uma das competências da SPE é “promover o contacto próximo com a comunidade local, promovendo a realização contínua de diagnósticos locais junto das forças vivas da população” (GNR, 2011, p. 6) apostando em ações de policiamento preventivo, tendo como base o estudo contínuo e atento da evolução das necessidades dos cidadãos. Os militares que integram estas secções devem frequentar uma ação de formação – Programas Especiais de Polícia e Responsabilidade Social.

Assim, no que diz respeito ao controlo da delinquência e criminalidade juvenis, as ações de prevenção ocorrem muito particularmente através do Programa Escola Segura. No que respeita às várias competências do NES é de destacar a aposta na prevenção de ilícitos criminais e incivildades e na dinamização de todo o tipo de atividades com vista a promover o sentimento de segurança nas escolas; o diagnóstico, prevenção e intervenção na cessação de comportamentos desviantes nas escolas e áreas envolventes; e ainda, a realização de ações de sensibilização e formação no âmbito da prevenção e da segurança no meio escolar (GNR, 2011).

Realçando a importância da deslocação das polícias às escolas, “as iniciativas conjuntas entre a polícia, professores e alunos são muito importantes. Quando jogam juntos não é apenas um jogo, é uma forma de aprender como trabalhar em equipa e desmistificar o trabalho da polícia” (Centro de Estudos para a Intervenção Social [CESIS], 2012, p. 19).

CAPÍTULO 3 - METODOLOGIA

3.1 Método da Abordagem

Quando se fala em investigação científica, desde logo, pensa-se que se irá produzir “conhecimento científico, quando, na verdade, é muito difícil, mesmo para um investigador profissional e com experiência, produzir conhecimento verdadeiramente novo que faça progredir a sua disciplina” (Quivy & Campenhoudt, 2008, p. 19).

Portanto, muito do que se aprende no fim de um trabalho em ciências sociais é “compreender melhor os significados de um acontecimento ou de uma conduta, a fazer inteligentemente o ponto de situação, a captar com maior perspicácia as lógicas de funcionamento de uma organização, a reflectir acertadamente sobre as implicações de uma decisão política” (Quivy & Campenhoudt, 2008, p. 19).

Para atingir esse grau de aprendizagem é necessário empenho por parte do investigador pois esta tarefa é complexa. Muitos dos problemas sentidos pelos investigadores assentam na forma como é definido o método. Quivy & Campenhoudt (2008, p. 16) afirmam que, “quando um investigador, profissional ou principiante, sente grandes dificuldades no seu trabalho, as razões são quase sempre de ordem metodológica”.

No âmbito de um trabalho de investigação científica, o método elucida o percurso seguido pelo investigador para atingir o objetivo proposto. Assim, o método consiste num “conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo - conhecimentos válidos e verdadeiros -, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista” (Marconi & Lakatos, 2003 p. 83). Segundo Sarmiento (2013, p. 7), “o método científico é um conjunto de procedimentos e normas que permitem produzir conhecimento. Este conhecimento pode ser completamente novo ou ser o desenvolvimento, a reunião ou o melhoramento de um ou vários conhecimentos já existentes”.

O presente trabalho apresenta uma matriz hipotético-dedutiva. Segundo Marconi & Lakatos (2003 p. 95), o método hipotético-dedutivo inicia-se com “um problema ao qual se oferecesse uma espécie de solução provisória, uma teoria-tentativa, passando-se depois a

criticar a solução, com vista à eliminação do erro”. Outra definição consiste em que este método “baseia-se na formulação de hipóteses ou conjeturas, que melhor relacionam e explicam os fenómenos (...) não leva à certeza total, pois o conhecimento absolutamente certo e demonstrável não é alcançado” (Sarmiento, 2013, p. 9).

Quanto ao tipo de abordagem este estudo assume uma natureza qualitativa. Inicialmente será feita uma análise quantitativa aos dados estatísticos das ações desenvolvidas pelo DTer de Sintra e, de seguida, uma análise qualitativa profunda aos inquéritos por entrevistas.

3.2 Modelo de Análise

Este trabalho procura responder à seguinte questão central: **“Como potenciar a cooperação institucional entre o DTer de Sintra e os atores locais na prevenção do consumo/tráfico juvenil de estupefacientes?”**. Tendo em conta a questão central, formularam-se questões derivadas com o intuito de auxiliar na obtenção de informações para responder à pergunta de partida.

QD1: Que tipo de ações são desenvolvidas na zona de ação do DTer de Sintra na prevenção do consumo/tráfico juvenil de estupefacientes?

QD2: Quais são as vulnerabilidades da cooperação institucional entre o DTer de Sintra e os atores locais na prevenção do consumo/tráfico juvenil de estupefacientes?

QD3: Na perspetiva do DTer de Sintra e dos atores locais, que balanço emerge dessa cooperação?

Para cada questão de investigação foi elaborada uma hipótese de investigação traduzindo-se em suposições admissíveis que nos ajudam a compreender melhor o tema, não sendo necessariamente verdadeiras. Por isso, uma hipótese de investigação é “um enunciado formal das relações previstas entre duas ou mais variáveis. (...) Combina o problema e o objectivo numa explicação ou predição clara dos resultados esperados” (Fortin, 2009, p. 102). De acordo com as questões derivadas formuladas definimos as seguintes hipóteses de investigação:

HI1: As ações desenvolvidas no âmbito da prevenção do consumo/tráfico de estupefacientes na ZA do DTer de Sintra são as ações de sensibilização.

HI2: As vulnerabilidades da cooperação institucional entre o DTer de Sintra e os atores locais resumem-se essencialmente à falta de recursos humanos.

HI3: As ações de prevenção resultantes da cooperação institucional alteram os comportamentos dos jovens.

3.3 Contexto da Observação

Nesta investigação optámos por circunscrever a um estudo de caso. O estudo de caso “consiste numa investigação aprofundada de um indivíduo, de uma família, de um grupo ou de uma organização (...), explicar relações de causalidade entre a evolução de um fenómeno e uma intervenção” (Fortin, 2009, p. 164). O autor referido acrescenta que, “a sua base é essencialmente o trabalho de campo ou ainda a análise documental, estudando uma dada entidade no seu contexto real tirando todo o partido de fontes múltiplas com recursos a entrevistas, observações, análise de documentos e artefactos” (Freixo, 2012, p. 121).

Assim, optámos pela escolha da ZA do DTer de Sintra, visto que esta subunidade se insere no CTer de Lisboa, pelo que a localização facilitou o trabalho de campo. Acresce nesta escolha o facto de dentro do CTer de Lisboa, o DTer de Sintra ser o que tem mais alunos a frequentar o ensino escolar com um total de 29 189 alunos pelo que, se torna necessário desenvolver mais ações e atividades de prevenção.

Dentro dos vários comportamentos ligados à delinquência juvenil optámos pelo consumo/tráfico de estupefacientes, uma vez que, na ZA da GNR em Sintra, a delinquência juvenil ligada ao comportamento do consumo/tráfico regista valores superiores a toda a criminalidade cometida por indivíduos até aos 21 anos.

3.4 Métodos e Técnicas de Recolha de Dados

Para a realização deste estudo a recolha de dados foi efetuada através das técnicas de análise documental e inquérito por entrevista.

A análise documental é “relevante a todos os tópicos dos estudos de caso” (Freixo, 2012, p. 132). Assim, fez-se um enquadramento geográfico e demográfico da ZA do DTer de Sintra, uma análise estatística do número de crimes ocorridos nessa área, inclusive os crimes praticados por jovens até aos 21 anos, a tipologia dos crimes e as ações de prevenção que são desenvolvidas pelo DTer de Sintra e outros dados ligados à estrutura desta subunidade.

No que concerne à realização de inquéritos por entrevistas, esta, compreende “um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional” (Marconi & Lakatos, 2003 p. 195). Esta técnica “permite explorar um domínio e aprofundar o seu conhecimento através da inquirição presencial a um ou mais indivíduos” (Sarmiento, 2013, p.30). Para Fortin (2009, p. 375), “a entrevista é o principal método de colheita de dados”.

Relativamente à condução de uma entrevista esta pode ser: estruturada, semi-estruturada e não-estruturada, sendo que nesta investigação optamos pela entrevista semi-estruturada. A entrevista semi-estruturada “é, certamente a mais utilizada em investigação social (...) o investigador dispõe de uma série de perguntas-guias, relativamente abertas, a propósito das quais é imperativo receber uma informação da parte do entrevistado” (Quivy & Campenhoudt, 2008, p. 192).

Esta técnica foi importante na recolha de informações junto de indivíduos que dada a função que desempenham têm um papel ativo na prevenção do consumo/tráfico de estupefacientes. Para a realização da entrevista procedeu-se à aplicação de um guião de entrevista² que foi previamente apresentado ao entrevistado. As entrevistas foram realizadas presencialmente, no período temporal de 19 de abril de 2016 a 3 maio de 2016. Aquando da realização da entrevista foi pedido o consentimento ao entrevistado para a gravação da entrevista com o objetivo de a transcrição ser completa e rigorosa.

No total foram catorze os entrevistados, sendo que, sete são militares que ocupam cargos de chefia no DTer de Sintra e os restantes elementos representam os vários atores locais que, diariamente têm uma participação ativa nesta problemática.

Após a transcrição das entrevistas, as respostas foram submetidas a uma análise de conteúdo³. O processo de análise dos dados recolhidos das entrevistas divide-se em três fases: a classificação dos dados, a codificação e a tabulação (Freixo, 2012). A primeira fase compreende o agrupamento das respostas por módulos; a segunda corresponde à codificação das respostas com a atribuição de um segmento alfanumérico com base em aspetos ligados à revisão da literatura e de palavras-chave destacadas pelos entrevistados; e, por último, a análise das categorias em quadros.

Importa referir que, devido à extensão de algumas respostas foi necessário a síntese de modo a reter as ideias principais que permitem responder aos objetivos propostos no presente trabalho.

² Ver Apêndice A – Guião de Entrevista.

³ Vide Apêndice C - Quadro Análise de Conteúdo de Entrevistas.

CAPÍTULO 4 – TRABALHO DE CAMPO

4.1 Caracterização da Atividade do Destacamento Territorial de Sintra

O presente subcapítulo visa caracterizar o DTer de Sintra, bem como analisar o fenómeno do consumo/tráfico juvenil de estupefacientes e as medidas de prevenção relativas à área de ação do Destacamento.

Reiteramos que assumimos o conceito de delinquência juvenil como os comportamentos desviantes em violação às normas jurídicas no decurso de transição do jovem para a idade adulta, nomeadamente até aos 21 anos. Assim, na análise aos dados relativos à delinquência juvenil também tivemos em conta os números relativos à contraordenação pelo consumo de estupefacientes, uma vez que, em Portugal até às dez doses diárias é contraordenação. Como tal, no nosso entendimento, sendo contraordenação, estes valores não deixam de estar ligados ao fenómeno da delinquência juvenil.

Os dados a que se fará referência foram recolhidos junto do DTer de Sintra e compreendem a caracterização do DTer, bem como a criminalidade da ZA do DTer e as ações que são realizadas no sentido de prevenir o consumo/tráfico de estupefacientes nos jovens.

4.1.1 Zona de Ação do Destacamento Territorial de Sintra

O DTer de Sintra pertence ao CTer de Lisboa e está sediado desde 2009 na Vila de Sintra. Tem como ZA parte do concelho de Cascais e parte do Concelho de Sintra, abrangendo uma área de 280 Km², com aproximadamente 112.672 habitantes.

Esta área total de responsabilidade do DTer de Sintra compreende a Junta de Freguesia de Alcabideche (42.160 habitantes e 39,76 Km²), a União de Freguesias de Sintra (29.591 habitantes e 62,27 Km²), a União de Freguesias de São João das Lampas e Terrugem (16.505 habitantes e 80,60 Km²), a Junta de Freguesia de Colares (7.628 habitantes e 33,37 Km²) e a União de Freguesias de Almargem do Bispo, Pêro Pinheiro e Montelavar (16.788 habitantes e 64,04 Km²).

A área de responsabilidade do DTer de Sintra é uma área caracterizada por uma multiplicidade de Pontos Sensíveis, nomeadamente o Património Cultural/Arquitetónico de Sintra, as diversas Estações Ferroviárias, os Bairros Sociais (Bairro da Cruz Vermelha, Bairro da Adroana, Bairro do Alcoitão, Localidade D. Maria), as Zonas residenciais nobres (Quinta do Patino, Condomínio Manique Village, Condomínio da Beloura e Penha Longa, Condomínio Marina Guincho e Pinhal do Banzão), as Grandes superfícies comerciais, os Recintos de eventos desportivos, as Zonas de Lazer, o Tribunal da Comarca de Lisboa Oeste, os Estabelecimentos Prisionais e o Hospital Francisco de Almeida (Dados do DTer de Sintra, 2016).

4.1.2 Orgânica e Recursos do Destacamento Territorial de Sintra

Na figura n.º 1, podemos observar que o DTer de Sintra tem na sua orgânica um Comandante e um Oficial Adjunto; a secretaria; a SPE; o Núcleo de Proteção do Ambiente (NPA); o Núcleo de Investigação Criminal (NIC), só na dependência administrativa-logística; e as subunidades territoriais, nomeadamente o SDTer de Alcabideche, o SDTer de Sintra, o PTer de Colares e o PTer de Pêro Pinheiro.

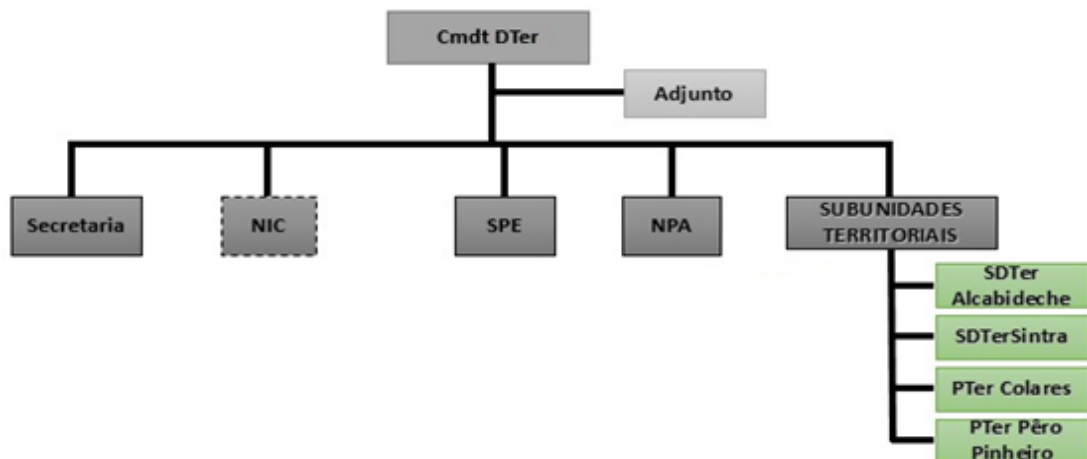


Figura n.º 1 - Orgânica do DTer de Sintra

Fonte: Dados do DTer de Sintra

Ao nível dos recursos humanos (quadro n.º 1), podemos verificar que houve uma redução de efetivos passando de 258 (em 2011) para 222 (em 2015), atingindo um número

mais baixo em 2014, com 212 efetivos. Podemos relacionar estes valores, com a conjuntura nacional, na medida em que tem havido uma diminuição no número de vagas nos concursos de admissão aos quadros permanentes da GNR ao mesmo tempo que se mantém o número de elementos que passam à reserva.

Através do quadro n.º 2, podemos verificar que a redução do número de efetivos se refletiu nas patrulhas efetuadas, passando de 18.507 em 2011 para um total de 15.509 em 2015. Pode então depreender-se que a existência de mais meios humanos permite projetar mais patrulhas no terreno, prevenindo assim a criminalidade em geral, bem como a que se relaciona com a prevenção do consumo/tráfico de estupefacientes.

Quanto ao número de viaturas (auto e moto) manteve-se praticamente igual desde 2011 a 2015 contabilizando cerca de 70 viaturas.

Quadro n.º 1 - Recursos humanos do DTer de Sintra

Efetivo\Ano	2011	2012	2013	2014	2015
Oficiais	4	4	4	4	4
Sargentos	15	10	8	9	12
Cabos	84	75	65	61	59
Guardas	148	153	133	130	139
Civis (EPF)	7	8	8	8	8
Total	258	250	218	212	222

Fonte: Dados do DTer de Sintra

Quadro n.º 2 - N.º de viaturas e o N.º de patrulhas

	2011	2012	2013	2014	2015
N.º de Viaturas	69	69	69	71	71
N.º de Patrulhas	18.507	16.464	15.208	14.447	15.509

Fonte: Dados do DTer de Sintra

4.1.2.1 Recursos e Ações da Secção de Programas Especiais

Também no que se refere ao número de militares afetos à SPE observou-se uma ligeira redução (quadro n.º 3). Este tipo de situação prende-se muito com a falta de pessoal na atividade operacional, o que de certa forma vem retirar militares nesta área específica da GNR. Atualmente a SPE conta com 7 militares.

Como é possível observar no quadro n.º 4, ao mesmo tempo que diminui o número de militares que constituem a SPE, o número de escolas e alunos têm vindo a aumentar, porém as ações de sensibilização realizadas pela GNR acompanharam o aumento do número de escolas e de alunos. Quanto à percentagem de alunos participantes, notamos que houve uma diminuição muito ligeira: de 2012 para 2013, cerca de 2% e de 2014 para 2015 de 0,5%. Entre 2012 e 2013, esta diminuição prende-se com o aumento do número de alunos o que influencia a percentagem de total de alunos participantes, embora o número de ações tenha aumentado de 112 para 120. De 2014 para 2015 a descida da percentagem de alunos participantes não é significativa.

Quadro n.º 3 - Recursos humanos da SPE

SPE	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Total	11	11	8	8	6	7

Fonte: Dados do DTer de Sintra

Quadro n.º 4 - Evolução das ações da SPE, N.º de escolas, total de alunos e alunos participantes

SPE	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Ações	83	95	112	120	142	153
Escolas	91	93	90	107	100	104
Total de alunos	22602	23108	24218	30081	29189	25936
Alunos Participantes (%)	2820 (12,5%)	3213 (13,9%)	3802 (15,7%)	4045 (13,4%)	6154 (21,1%)	5345 (20,6%)

Fonte: Dados do DTer de Sintra

Nos quadros n.º 5 e n.º 6 estão presentes os temas correspondentes às ações que são desenvolvidas pela SPE. Nestes dados nota-se, como é expectável, que muitas ações são realizadas em sala de aula. São ministradas a cerca de 5% dos alunos pertencentes às escolas da ZA do DTer de Sintra.

No entanto, evidenciando o esforço de situar as ações num espaço não limitado à escola, em 2014 foi realizado um seminário no auditório Olga Cadaval em Sintra intitulado de “Consumo de Álcool e Drogas na Comunidade Escolar”, no qual participaram especialistas nestas temáticas. Com esta iniciativa, além de alertar os jovens para os riscos

associados a estes consumos, também se criaram oportunidades para fortalecer os laços entre a GNR e a comunidade escolar. A iniciativa potenciou também a ação de sensibilização, não só por ocorrer num espaço público, por isso com mais visibilidade, mas também porque reuniu 900 alunos, cumprindo-se assim a missão, em pouco tempo e numa dinâmica diferente da praticada habitualmente em contexto de sala de aula, e turma a turma.

De entre as ações levadas a cabo, destacam-se também as “Operação Spring Break”. Estas visam, numa primeira fase sensibilizar os jovens sobre os riscos associados às viagens de finalistas e, posteriormente, à fiscalização junto da fronteira terrestre de ilícitos.

Refira-se também o projeto “RISCA esse RISCO” que é da iniciativa da Câmara Municipal de Cascais e visa prevenir ou adiar o consumo de qualquer substância psicoativa, apostando em consciencializar o aluno para os riscos associados a esta problemática e promovendo nos jovens o sentido crítico sobre a temática. Este projeto conta com duas sessões, em que na segunda sessão estão presentes militares da GNR para responder a questões suscitadas pelos jovens.

Quadro n.º 5 - Ações de sensibilização (1)

SPE	Comportamentos e Consequências do Consumo/Tráfico de Estupefacientes		Operação Spring Break – Prevenção do Consumo de Estupefacientes e Álcool		Delinquência Juvenil – Comportamentos e Consequências	
	Ações	Alunos (%)	Ações	Alunos (%)	Ações	Alunos (%)
2010	29	1160 (5,1%)	0	0	28	784 (3,5%)
2011	32	1280 (5,5%)	0	0	31	896 (3,9%)
2012	37	1480 (6,1%)	0	0	35	980 (4,0%)
2013	41	1640 (5,5%)	0	0	37	1036 (3,4%)
2014	45	1800 (6,2%)	8	760 (2,6%)	40	1120 (3,4%)
2015	50	2000 (7,7%)	6	397 (1,5%)	47	1316 (5,1%)

Fonte: Dados do DTer de Sintra

Por último, embora muito residuais, também se realizam ações de fiscalização nas escolas. Estas têm o intuito de servir como prevenção, visto que além de criarem o efeito surpresa nos alunos visam também despertar a atenção da comunidade para o grau de consumo/tráfico de estupefacientes na comunidade escolar. São também formas de aferir

se as ações de sensibilização surtem o efeito desejado. Porém, a aceitação social destas ações revela-se sensível, merecendo contestação como aconteceu em 2015.

Quadro n.º 6 - Ações de sensibilização (2)

SPE	Seminário – Prevenção do Consumo de Estupefacientes		Prevenção Rodoviária – Consumo de Substâncias Psicotrópicas		RISCA este RISCO – CM Cascais		Fiscalizaçã o
	Ações	Alunos (%)	Ações	Alunos (%)	Ações	Alunos (%)	Ações
2010	0	0	0	0	2	180 (0,8%)	0
2011	0	0	0	0	2	180 (0,8%)	1
2012	0	0	0	0	2	240 (1,0%)	1
2013	0	0	0	0	1	180 (0,6%)	1
2014	1	900 (3,1%)	8	760 (2,6 %)	2	240 (0,8%)	1
2015	0	0	6	397 (1,5%)	2	240 (0,9%)	2

Fonte: Dados do DTer de Sintra

4.1.3 Consumo/Tráfego Juvenil de Estupefacientes na Zona de Ação do DTer de Sintra

Primeiramente analisamos a evolução da criminalidade na ZA do DTer de Sintra. Como se verifica na figura n.º 2, (2011) foi o ano que registou um maior valor de Número Único de Identificação de Processo Crime (NUIPC) 6227. Este valor sofre um descida abrupta até 2013, passando para 4161 NUIPC, mantendo-se praticamente inalterável esse valor até 2015.

Quanto aos crimes praticados pelos menores de 21 anos na ZA do DTer de Sintra, (figura n.º 3), constatamos que o ano de 2013 foi o que registou mais crimes, num total de 106. Contudo, os dois anos seguintes foram de decréscimo, com 73 registos em 2014 e 25 em 2015.

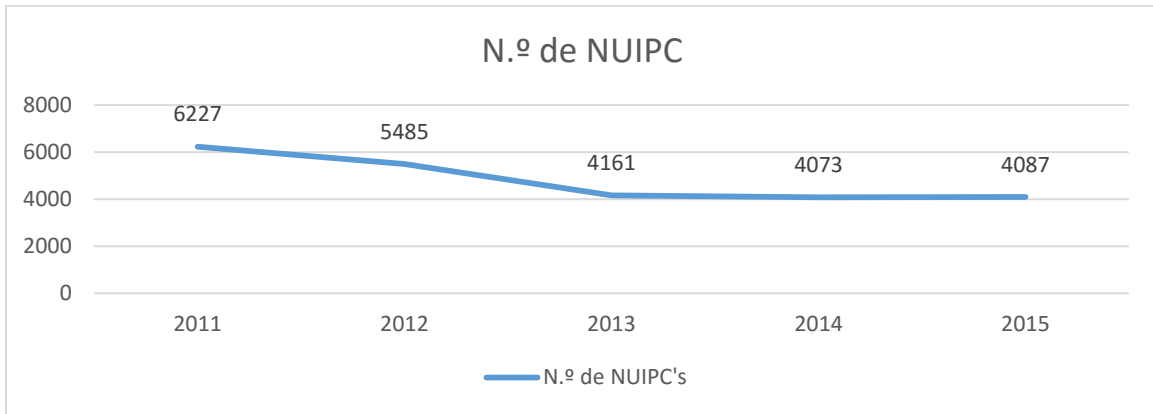


Figura n.º 2 - Número de NUIPC

Fonte: Dados do DTer de Sintra

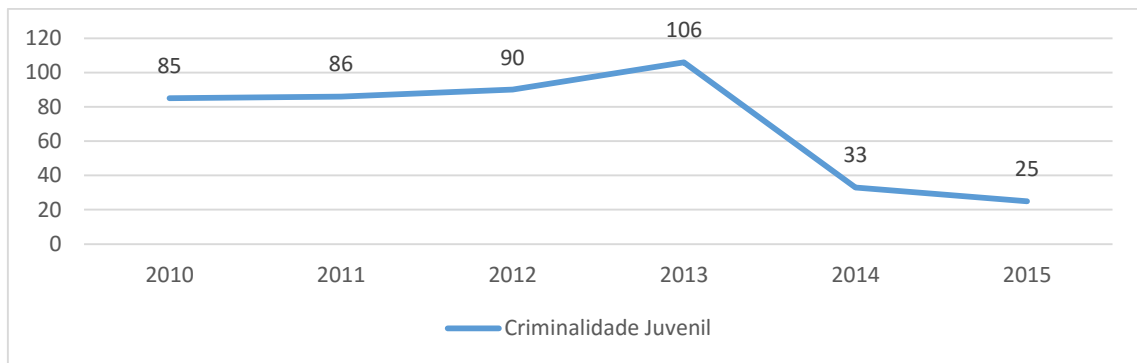


Figura n.º 3 - Número de crimes na zona de ação do DTer Sintra

Fonte: Dados do DTer de Sintra

O quadro n.º 7 especifica a tipologia de crimes praticados por menores de 21 anos na zona de ação do DTer de Sintra. Assim, no período de 2010-2015 constatamos que houve 425 crimes, sendo o crime contra as pessoas o mais praticado, 159. De seguida o crime contra o património e em terceiro, os crimes previstos em legislação avulsa, 106. Nesta última categoria incluem-se, entre outros, o crime de condução sem habilitação legal e os crimes respeitante ao consumo/tráfico de estupefacientes.

Completando a precedente informação, a figura n.º 4, faz referência aos agentes/suspeitos envolvidos nesses crimes por grupo de idades. Assim definimos o grupo de idades menores de 16 anos e o grupo de idades dos 16-21 anos. Como podemos

observar, na maioria desses crimes, os agentes/suspeitos envolvidos são indivíduos com idades entre os 16-21 anos.

Quadro n.º 7 - Tipologia dos crimes no âmbito da delinquência juvenil

Crimes\Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Contra as Pessoas	30	33	40	32	14	10	159
Contra o Património	21	15	32	47	10	9	134
Contra a Sociedade	3	4	2	5	0	1	15
Contra o Estado	2	0	0	6	1	2	11
Previsto em Legislação Avulsa	29	34	16	16	8	3	106
Total	85	86	90	106	33	25	425

Fonte: Dados do Dter de Sintra

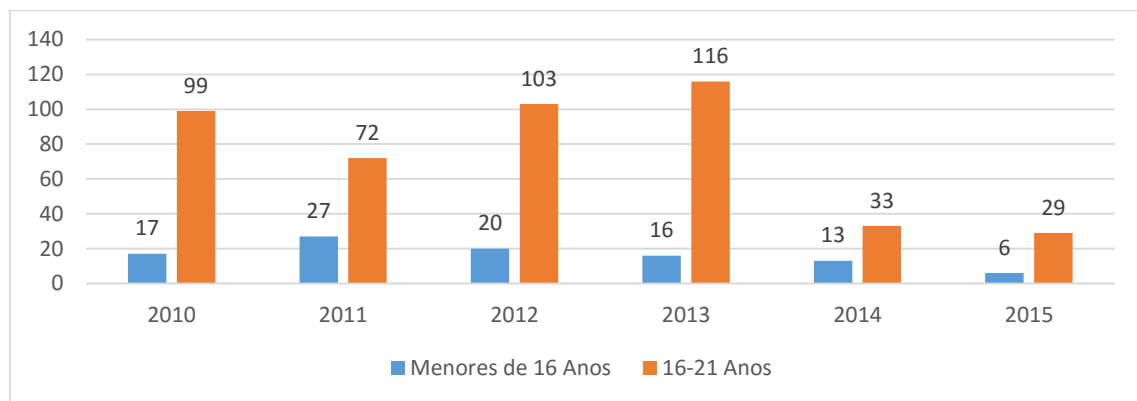


Figura n.º 4 - Número de agentes/suspeitos

Fonte: Dados do DTer de Sintra

Apurando elementos mais diretamente relacionados com o problema em foco, no quadro n.º 8 podemos observar o número de crimes ligados ao consumo/tráfico de estupefacientes e o número de autos de contraordenação de consumo de estupefacientes. Entre 2010-2015 os valores referentes ao crime não variaram muito, de realçar até que a partir de 2011 esses valores desceram, apesar de em 2013 ter aumentado em 1 crime.

Quanto ao número de autos de contraordenação, 2010 foi o ano com mais registos, verificando-se oscilações nos anos seguintes. Porém, é de salientar que entre 2010-2015 o número de contraordenações se reduziu para cerca de metade.

Quadro n.º 8 - Crimes de consumo/tráfico de estupefacientes

Ílícito\Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Crimes de Consumo/Tráfico de Estupefacientes	6	8	3	4	3	3
Contraordenação de Consumo de Estupefacientes	112	80	90	15	48	60
Total	118	88	93	19	51	63

Fonte: Dados do DTer de Sintra

Finalmente, na figura n.º 5, podemos contemplar a variação dos dados (agregando crime + contraordenação) ligados ao consumo/tráfico de estupefacientes por indivíduos menores de 21 anos. Verificamos que entre 2010 e 2013 estes valores baixaram consideravelmente, começando a subir a partir de 2013 até 2015. No global dos cinco anos em observação, os valores descrevem uma evolução positiva no sentido da redução, embora tal não signifique necessariamente que os indivíduos deixaram de consumir/traficar estupefacientes.



Figura n.º 5 - Ílícito de consumo/tráfico de estupefacientes (Crime + Contraordenação)

Fonte: Dados do DTer de Sintra

4.2 Apresentação e Análise dos Resultados das Entrevistas

No presente subcapítulo apresentam-se e analisam-se os resultados obtidos através dos inquéritos por entrevista.

Para clarificar e resumir as respostas tratadas no guião de entrevista procedemos à organização das referidas questões por módulos. Sendo assim, o módulo A corresponde às “Ações de Prevenção” que são desenvolvidas no âmbito do consumo/tráfico de estupefacientes na ZA do DTer de Sintra. Nessas ações incluem-se, quer as que decorrem ao nível da cooperação entre as entidades, quer as que são levadas a cabo individualmente por cada instituição.

O módulo B compreende as “Potencialidades e as Vulnerabilidades da Cooperação” entre a GNR e os vários atores locais e ausculta os entrevistados sobre as medidas podem ser colocadas em prática para colmatar eventuais falhas.

Por fim, o módulo C remete ao “Balanço da Cooperação”, visando saber o que se pode fazer em termos de cooperação para prevenir o consumo/tráfico de estupefacientes, quais são os resultados que se obtém desta cooperação e se a prevenção do consumo/tráfico de estupefacientes passa pela cooperação institucional.

A análise dos inquéritos por entrevista teve inicialmente uma natureza qualitativa em que foi extraído o essencial de cada resposta à respetiva pergunta. Posteriormente, a cada resposta foi atribuído um segmento de modo a sintetizar a informação⁴. De seguida, fez-se a conversão quantitativa das respostas através da repetição de cada segmento nas respostas dos vários entrevistados. Estes valores foram convertidos em frequências (n) e percentagens (%), estando a percentagem arredondada à unidade.

4.2.1 Caracterização da Amostra

A amostra “é constituída por um conjunto de sujeitos retirados de uma população, consistindo a amostragem num conjunto de operações que permitem escolher um grupo de sujeitos ou qualquer outro elemento representativo da população estudada” (Freixo, 2012, pp. 210-211). Dentro das várias distinções que o autor Freixo (2012, p. 212) faz das amostras, considerou-se a “amostragem por seleção racional”, que se baseia na “seleção de determinados sujeitos em função de características típicas”.

Como tal, realizaram-se entrevistas a militares da GNR com competências de chefia nesta temática e que desempenham esta atividade no dia-a-dia. E, seguiu-se idêntico critério para selecionar responsáveis das entidades locais que lidam com a parte da prevenção deste comportamento desviante. Sendo assim, fizemos a divisão em dois grupos

⁴ Ver o Apêndice B - Codificação Alfanumérica das Respostas dos Entrevistados.

de entrevistados: Grupo A – Militares do DTer de Sintra e o Grupo B – Atores Locais. Apesar de se constituírem dois grupos de entrevistados, as perguntas do guião de entrevista foram realizadas de igual modo para todos os entrevistados. Os quadros n.º 9 e 10 caracterizam sumariamente o perfil das duas amostras, elencando a função dos entrevistados nas instituições a que pertencem, num total de 14 indivíduos.

Quadro n.º 9 - Caracterização da amostra do Grupo A

Grupo A – Militares do Destacamento Territorial de Sintra		
Entrevistado (E)	Posto	Função
E1	Capitão	Comandante do Destacamento Territorial de Sintra
E2	Tenente	Oficial Adjunto do Comandante do Destacamento Territorial de Sintra
E3	Tenente	Comandante do Sub-Destacamento Territorial de Sintra
E4	Tenente	Comandante do Sub-Destacamento Territorial de Alcabideche
E5	1.º Sargento	Comandante do Posto Territorial de Colares
E6	1.º Sargento	Comandante do Posto Territorial Pêro Pinheiro
E7	Cabo-Chefe	Militar da Secção de Programas Especiais

Quadro n.º 10 - Caracterização da amostra do Grupo B

Grupo B – Atores Locais		
Entrevistado (E)	Entidade	Função
E1	EPAV - Colares	Diretora pedagógica
E2	EB 2,3 Alto dos Moinhos - Terrugem	Diretora do Agrupamento
E3	Agrupamento Monte da Lua – Santa Maria - Sintra	Ex - Diretora do Agrupamento
E4	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	Presidente da CPCJ
E5	DHS/DIPS - Divisão de Promoção da Saúde – Câmara de Cascais	Técnico Superior
E6	Divisão de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências	Elemento da Equipa de Prevenção da Unidade de Intervenção Local
E7	Comissão para a Dissuasão da Toxicodependência	Presidente

4.2.2 Apresentação e Análise dos Resultados das Entrevistas do Grupo A – Militares do DTer de Sintra

O quadro n.º 11 apresenta as respostas dadas à questão A1, “Que ações desenvolve no âmbito da prevenção do consumo/tráfego de estupefacientes?”.

Nesta primeira pergunta constatamos que seis militares (86%) referem que desenvolvem como ações de prevenção de consumo/tráfego de estupefacientes o patrulhamento e a fiscalização na sua ZA. Cinco (71%) fazem ações de sensibilização junto do público-alvo, quer seja na via pública ou em sala, e dois (29%) referem a entrega de panfletos de alerta para as consequências do consumo/tráfego de estupefacientes.

Quadro n.º 11 - Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas à questão A1

Segmento das respostas	Entrevistados							Frequência (n)	Porcentagem (%)
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7		
Questão A1									
Segmento A1.1	X	X			X	X	X	5	71%
Segmento A1.2	X		X	X	X	X	X	6	86%
Segmento A1.3	X	X		X	X	X	X	6	86%
Segmento A1.4						X	X	2	29%

O quadro n.º 12 sistematiza as respostas à questão A2, “Que tipo de ações desenvolve em cooperação com outros atores locais na prevenção do consumo/tráfego de estupefacientes?”.

Quatro entrevistados (57%) assinalam que em cooperação com outras entidades desenvolvem ações de sensibilização. Igual número menciona a partilha de informação. Três entrevistados referem ainda as ações de fiscalização, realizadas nas escolas e zonas envolventes ou em locais que os alunos apanham o transporte público. O E3 refere que na sua ZA o conceito de *Crime Prevention Through Environmental Design* (CPTED) e a formação dos seus militares ligada a esta temática teve uma importância grande na redução do consumo/tráfego de estupefacientes.

Quadro n.º 12 - Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas à questão A2

Segmento das respostas	Entrevistados							Frequência (n)	Percentagem (%)
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7		
Questão A2									
Segmento A2.1	X	X				X	X	4	57%
Segmento A2.2	X			X	X		X	4	57%
Segmento A2.3	X		X		X			3	43%
Segmento A2.4			X					1	14%
Segmento A2.5			X					1	14%

O quadro n.º 13 respeita à questão B1, “Quais são as potencialidades de o DTer de Sintra estar inserido nestas ações de cooperação institucional no âmbito da prevenção do consumo/tráfico de estupefacientes?”.

Três dos sete militares (43%) consideram que as ações de cooperação tornam a mensagem mais eficaz, e que o facto de o DTer de Sintra estar inserido nesta cooperação faz com que haja uma celeridade na resolução do problema ligado à temática em estudo. Dois entrevistados (29%) consideram relevante a cooperação na medida em que a GNR pelas suas valências é a entidade que aconselha e que aplica a lei. O E3 adianta as vantagens decorrentes do exercício continuado de funções representar uma mais-valia nesta cooperação porque acabam por se conhecerem aprofundadamente as instituições, e as pessoas permitindo desbloquear situações mais rapidamente.

Quadro n.º 13 - Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas à questão B1

Segmento das respostas	Entrevistados							Frequência (n)	Percentagem (%)
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7		
Questão B1									
Segmento B1.1	X	X					X	3	43%
Segmento B1.2				X	X	X		3	43%
Segmento B1.3	X						X	2	29%
Segmento B1.4			X					1	14%

O quadro n.º 14 espelha a síntese das respostas à questão B2, “No âmbito da prevenção do consumo/tráfico de estupefacientes, que vulnerabilidades há ao nível da cooperação institucional?”.

A falta de recursos humanos é a vulnerabilidade apontada por três (43%) entrevistados; por sua vez, dois (29%) consideram não existir qualquer vulnerabilidade na cooperação entre instituições. Os restantes elencam a falta de meios materiais, falha na

articulação entre entidades e a falta de interoperabilidade entre sistemas de informação, ou seja, “a capacidade de poder haver partilha de informações através do acesso a bases de dados de outras FFSS, como é o caso da PSP e, ainda, aceder a base de dados de outros atores locais, como é o caso da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), da CDT, ou de algum centro de saúde, entre outros” como refere o E3.

Quadro n.º 14 - Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas à questão B2

Segmento das respostas	Entrevistados							Frequência (n)	Percentagem (%)
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7		
Questão B2									
Segmento B2.1					X	X		2	29%
Segmento B2.2	X		X				X	3	43%
Segmento B2.3	X							1	14%
Segmento B2.4		X						1	14%
Segmento B2.5				X				1	14%
Segmento B2.6			X					1	14%

O quadro n.º 15 contempla as respostas à questão B3, “Que melhorias poderiam ser feitas para colmatar essas vulnerabilidades?”.

Três entrevistados referem que deve haver militares a trabalhar numa só área e a especializarem-se nas matérias dessas mesmas áreas, para que o trabalho seja contínuo e permanente; dois (33%) apontam a necessidade de melhor articulação entre atores e um (17%) que deve haver mais recursos humanos.

Quadro n.º 15 - Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas à questão B3

Segmento das respostas	Entrevistados							Frequência (n)	Percentagem (%)
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7		
Questão B3									
Segmento B3.1		X						1	17%
Segmento B3.2	X		X				X	3	50%
Segmento B3.3	X			X				2	33%

O quadro n.º 16 visa as respostas à questão C1, “Que outro tipo de ações poderiam ser feitas no âmbito da prevenção do consumo/tráfico de estupefacientes em cooperação com outras entidades?”.

Três militares (43%) sugerem o recurso a testemunhos experienciais, isto é, dar oportunidade a que pessoas com historial de consumo/tráfico de estupefacientes e que conseguiram singrar na vida, participem nas ações de sensibilização de modo a contar a sua experiência de vida ao público-alvo. Nos segmentos identificados nas respostas menciona-se ainda a formação para os intervenientes, a existência de um contrato local de segurança e que se deve continuar a desenvolver o mesmo trabalho que tem vindo a ser feito. Acrescentam ainda a necessidade de levar as ações para fora do contexto escolar e também de inovar nas formas de comunicação, designadamente por via de protocolos com empresas/organizações com grande implementação no mercado, facilmente reconhecidas pelos jovens e com capacidade para financiar campanhas criativas e ao encontro dos gostos e universos das crianças e jovens.

Quadro n.º 16 - Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas à questão C1

Segmento das respostas	Entrevistados							Frequência (n)	Percentagem (%)
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7		
Questão C1									
Segmento C1.1	X	X					X	3	43%
Segmento C1.2	X			X				2	29%
Segmento C1.3	X		X					2	29%
Segmento C1.4					X	X		2	29%
Segmento C1.5							X	1	14%
Segmento C1.6	X							1	14%

O quadro n.º 17 refere à questão C2, “Quais são os resultados que obtém através da cooperação institucional, no âmbito da prevenção do consumo/tráfico de estupefacientes?”.

Cinco militares (71%) referem que o resultado das ações de prevenção em cooperação institucional se substancia sobretudo na confiança que as entidades externas têm do trabalho desenvolvido pelo DTer de Sintra. Três entrevistados (43%) defendem que as ações de prevenção contribuem para a alteração dos comportamentos dos jovens; porém igual número entende que as ações de sensibilização desenvolvidas em sala não surtem o efeito que se pretende atingir. Dois militares (29%) relatam que este tipo de ações vem desmistificar o papel do DTer de Sintra, desassociando o militar da imagem tradicionalmente repressiva. Por fim, um militar (14%) acrescenta que este tipo de ações contribui para um ambiente saudável e seguro na sua ZA.

Quadro n.º 17 - Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas à questão C2

Segmento das respostas	Entrevistados							Frequência (n)	Porcentagem (%)
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7		
Questão C2									
Segmento C2.1	X				X		X	3	43%
Segmento C2.2	X	X		X				3	43%
Segmento C2.3	X					X		2	29%
Segmento C2.4	X							1	14%
Segmento C2.5	X	X	X		X	X		5	71%

Por fim, o quadro n.º 18 trata a questão C3, “A cooperação institucional será um aspeto forte na prevenção do consumo/tráfico de estupefacientes? Porquê?”.

A resposta a esta questão não regista qualquer divergência, pois os sete militares entrevistados mencionam que a prevenção do consumo/tráfico juvenil passa fundamentalmente pela cooperação entre instituições, uma vez que a vulnerabilidade de um ator pode ser a potencialidade de outro ator.

Quadro n.º 18 - Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas à questão C3

Segmento das respostas	Entrevistados							Frequência (n)	Porcentagem (%)
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7		
Questão C3									
Segmento C3.1	X	X	X	X	X	X	X	7	100%

4.2.3 Apresentação e Análise dos Resultados das Entrevistas do Grupo B – Atores Locais

Passamos a considerar desta feita a resposta às mesmas questões, por parte dos atores locais. No quadro n.º 19 apresentamos as respostas dadas à questão A1, “Que ações desenvolve no âmbito da prevenção do consumo/tráfico de estupefacientes?”.

Nesta questão, quatro entrevistados (57%) referem que no âmbito das instituições a que pertencem a formação dos profissionais encarregues das ações é a ação de prevenção mais praticada. Quatro entrevistados (43%) mencionam as ações de sensibilização junto dos alunos nas escolas, incluindo-se a abordagem feita a estas matérias em disciplinas curriculares ministradas em alguns anos letivos. Três atores locais entrevistados (43%) mencionam que o acompanhamento do jovem também é uma medida de prevenção. Um

entrevistado refere os cartazes nas paredes das escolas com o propósito de, constantemente, lembrar os jovens dos malefícios do consumo/tráfico de estupefacientes.

Quadro n.º 19 - Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas à questão A1

Segmento das respostas	Entrevistados							Frequência (n)	Percentagem (%)
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7		
Questão A1									
Segmento A1.1	X		X		X			3	43%
Segmento A1.2	X							1	14%
Segmento A1.3	X	X	X					3	43%
Segmento A1.4	X		X	X				3	43%
Segmento A1.5		X			X	X	X	4	57%

No que concerne ao quadro n.º 20 relativo à questão A2, “Que tipo de ações desenvolve em cooperação com outros atores locais na prevenção do consumo/tráfico de estupefacientes?”.

Cinco (71%) dos entrevistados referem que em cooperação, a ação mais desenvolvida são as ações de sensibilização desenvolvidas nas escolas. Três (43%) dos entrevistados referem que a partilha de informações também ocorre para a prevenção deste fenómeno. Dois (29%) referem a fiscalização e a formação dos vários intervenientes nesta rede de cooperação. Também foram mencionadas ações como a plataforma de saúde na escola, a realização de um debate/teatro para dar mais dinamismo na aprendizagem dos alunos e o E4 refere que, como atuam numa parte mais interventiva, a ação de prevenção que procuram fazer é evitar que esse aluno volte a ter os mesmos comportamentos ou que haja o agravamento dos comportamentos, podendo aqui ler-se o desenrolar de iniciativas de acompanhamento dos alunos já sinalizados.

Quadro n.º 20 - Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas à questão A2

Segmento das respostas	Entrevistados							Frequência (n)	Percentagem (%)
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7		
Questão A2									
Segmento A2.1	X	X	X	X			X	5	71%
Segmento A2.2	X	X	X					3	43%
Segmento A2.3	X		X					2	29%
Segmento A2.4				X				1	14%
Segmento A2.5					X			1	14%
Segmento A2.6					X			1	14%
Segmento A2.7						X	X	2	29%

Relativamente ao quadro n.º 21 que faz referência à questão B1, “Quais são as potencialidades de o DTer estar inserido nestas ações de cooperação institucional no âmbito da prevenção do consumo/tráfico de estupefacientes?”.

Quatro (57%) entrevistados mencionam que a mensagem transmitida aos alunos é mais eficaz, visto que a GNR é uma entidade especialista na área legal. Por seu turno, três entrevistados apontam a celeridade na resposta dos problemas ligados a esta temática. Foi igualmente referido que a GNR é a entidade que mais sinaliza casos ligados a esta problemática e assinalada a vantagem da cooperação com a GNR dada a dualidade de papéis, tanto é a entidade que está a prevenir como é a entidade que tem competência para aplicar a lei.

Quadro n.º 21 - Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas à questão B1

Segmento das respostas	Entrevistados							Frequência (n)	Percentagem (%)
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7		
Questão B1									
Segmento B1.1	X	X			X		X	4	57%
Segmento B1.2	X		X				X	3	43%
Segmento B1.3				X				1	14%
Segmento B1.4		X						1	14%

O quadro n.º 22 reporta à questão B2, “No âmbito da prevenção do consumo/tráfico de estupefacientes, que vulnerabilidades há ao nível da cooperação institucional?”.

Relativamente a esta questão, quatro (57%) respostas referem que a escassez de recursos humanos constitui uma vulnerabilidade nesta cooperação; três (43%) opinam a necessidade de uma política de prevenção ligada às escolas. De modo avulso, foi ainda referido a falta de meios logísticos e as falhas na articulação entre entidades. Por seu turno, o E4 refere que na sua ótica não há qualquer tipo de vulnerabilidade nesta cooperação institucional entre o DTer de Sintra e os atores locais.

Quadro n.º 22 - Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas à questão B2

Segmento das respostas	Entrevistados							Frequência (n)	Porcentagem (%)
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7		
Questão B2									
Segmento B2.1				X				1	14%
Segmento B2.2	X	X	X		X			4	57%
Segmento B2.3	X					X	X	3	43%
Segmento B2.4			X					1	14%
Segmento B2.5							X	1	14%
Segmento B2.6						X		1	14%

O quadro n.º 23 contempla as respostas dadas à questão B3, “Que melhorias poderiam ser feitas para colmatar essas vulnerabilidades?”.

Podemos constatar que três entrevistados mencionam que, com mais recursos humanos a vulnerabilidade na cooperação institucional entre os vários atores deixava de existir e que dois (33%) entendem necessária uma melhor articulação entre atores. O E5 afirma que os recursos humanos são suficientes mas, que deve haver uma melhor gestão.

Quadro n.º 23 - Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas à questão B3

Segmento das respostas	Entrevistados							Frequência (n)	Porcentagem (%)
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7		
Questão B3									
Segmento B3.1	X	X	X					3	50%
Segmento B3.2					X			1	17%
Segmento B3.3						X	X	2	33%

O quadro n.º 24 visa as respostas à questão C1, “Que outro tipo de ações poderiam ser feitas no âmbito da prevenção do consumo/tráfego de estupefacientes em cooperação com outras entidades?”.

Neste aspeto, cinco dos sete entrevistados (71%) são de opinião que deveria existir formação para os vários intervenientes neste processo de prevenção do consumo/tráfego de estupefacientes. Deveria existir um contrato local de segurança na opinião de dois entrevistados, sendo que igual número advoga o acompanhamento das turmas durante vários anos. Um entrevistado sugere avocar os projetos que os atores locais desenvolvem individualmente e exponenciar para outras escolas onde esses projetos não são desenvolvidos.

Quadro n.º 24 - Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas à questão C1

Segmento das respostas	Entrevistados							Frequência (n)	Porcentagem (%)
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7		
Questão C1									
Segmento C1.1	X			X				2	29%
Segmento C1.2				X				1	14%
Segmento C1.3		X	X	X		X	X	5	71%
Segmento C1.4				X	X			2	29%

No que respeita ao quadro n.º 25 relativo à questão C2, “Quais são os resultados que obtém através da cooperação institucional, no âmbito da prevenção do consumo/tráfego de estupefacientes?”.

Cinco entrevistados (71%) referem que as suas ações surtem efeito na alteração de comportamentos dos jovens. Este tipo de ações vem dar a conhecer à comunidade o papel das instituições, segundo mencionam cinco entrevistados (57%). Três entrevistados (43%) referem que os alunos ficam mais capazes para tomarem decisões conscientes e dois (29%) consideram que este tipo de ações contribui para um ambiente saudável e seguro. Verificam-se ainda quatro opiniões, sendo que duas se mostram críticas, considerando que as ações de sensibilização não têm tanto efeito como desejariam; que as fiscalizações realizadas nas escolas têm um impacto temporário, que se desvanece com o tempo. As duas outras opiniões defendem que a troca de ideias com os alunos os desperta para outros problemas; e que a redução do consumo/tráfego de estupefacientes contribui para o sucesso escolar, uma vez que os alunos estão mais interessados.

Quadro n.º 25 - Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas à questão C2

Segmento das respostas	Entrevistados							Frequência (n)	Porcentagem (%)
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7		
Questão C2									
Segmento C2.1	X		X		X	X	X	5	71%
Segmento C2.2	X							1	14%
Segmento C2.3	X		X	X		X		4	57%
Segmento C2.4	X							1	14%
Segmento C2.5				X				1	14%
Segmento C2.6		X	X					2	29%
Segmento C2.7		X						1	14%
Segmento C2.8		X			X		X	3	43%

Por fim o quadro n.º 26 remete para questão C3, “A cooperação institucional será um aspeto forte na prevenção do consumo/tráfico de estupefacientes? Porquê?”.

A resposta é unânime, uma vez que todos os atores concordam que a cooperação institucional é um aspeto forte na prevenção desta problemática, visto que, inevitavelmente ninguém faz prevenção sozinho, está tudo interligado.

Quadro n.º 26 - Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas à questão C3

Segmento das respostas	Entrevistados							Frequência (n)	Percentagem (%)
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7		
Questão C3									
Segmento C3.1	X	X	X	X	X	X	X	7	100%

4.3 Discussão dos Resultados

Nesta fase de discussão dos resultados mantêm-se os três módulos temáticos definidos no guião da entrevista, e faz-se a síntese do conjunto das respostas dadas pelos dois grupos (Grupo A, militares do DTer de Sintra e Grupo B, atores locais).

Nas respostas às perguntas referentes ao módulo **Ações de prevenção** (quadro n.º 27) – constatamos que a maioria dos atores desenvolve ações de prevenção junto da comunidade escolar.

Os militares do DTer de Sintra desenvolvem ações de patrulhamento e fiscalização de acordo com a competência e missão que lhes está atribuída. A SPE do DTer de Sintra é o elo de ligação com as escolas e é quem realiza a maioria das ações de sensibilização, nas escolas e na via pública, no contato direto com os alunos e também distribuindo documentação (panfletos) alertando para as consequências do consumo/tráfico de estupefacientes.

As escolas promovem ações de sensibilização convidando especialistas ligados à problemática quer seja da parte legal, da saúde, da psicologia ou outra componente. De referir que nas escolas também se aborda a prevenção no âmbito de disciplinas que tratam da qualidade de estilos de vida e hábitos saudáveis.

Outras entidades como a Divisão de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (DICAD) e a CDT procuram dar formação aos professores, diretores de agrupamento ou de escolas para exponenciar essa informação ao maior número de alunos.

Associada a essas duas instituições está a CPCJ e a Câmara Municipal de Cascais que além de, desenvolver outras competências, procuram atuar na prevenção com o intuito de evitar que um jovem enverede pelo caminho do consumo/tráfico ou agrave o seu comportamento.

Quadro n.º 27 - Ações de prevenção

Módulo	Questões	Grupo de Entrevistados
Ações de Prevenção	<p>A1 - Que ações desenvolve no âmbito da prevenção do consumo/tráfico de estupefacientes?</p> <p>A2 - Que tipo de ações desenvolve em cooperação com outros atores locais na prevenção do consumo/tráfico de estupefacientes?</p>	<p>- Grupo A</p> <p>- Grupo B</p>

Nas respostas às perguntas relativas ao módulo **Potencialidades e Vulnerabilidades da Cooperação** (quadro n.º 28) – constatamos que o DTer de Sintra é efetivamente considerado uma mais-valia na cooperação institucional entre os vários atores locais.

Com efeito, as respostas dos dois grupos de entrevistados convergem ao considerarem que o duplo papel da GNR, ao esclarecer/prevenir e aplicar a lei, confere credibilidade e impacto nas ações de sensibilização/prevenção. Por outro lado, a cooperação continuada e a experiência adquirida facilitam a relações entre instituições, o que permite resolver problemas de uma forma mais célere. De salientar a permanência e continuidade do Comandante do DTer de Sintra por estar a desenvolver um trabalho em Sintra há vários anos, o que nem sempre acontece em todos os DTer da GNR.

Quanto às vulnerabilidades, também os dois grupos coincidem em apontar para a falta de recursos humanos e de alguns meios materiais; alguma dificuldade ao nível da articulação entre entidades, bem como a ausência de uma política de prevenção nas escolas. Embora tenha sido referido apenas por um elemento da GNR, julga-se importante mencionar a vulnerabilidade relacionada com a falta de interoperabilidade entre sistemas de informação.

No entanto, alguns entrevistados consideram que uma melhor gestão dos recursos humanos e articulação entre as entidades poderia resolver o problema dos recursos. Um

plano de prevenção nas escolas poderia facilitar a condução da prevenção do consumo/tráfico de estupefacientes. No caso da GNR, poderia haver uma aposta em militares a trabalhar numa só área e a especializar-se nas matérias dessas mesmas áreas, para que o trabalho seja contínuo e permanente em prol da sociedade. Seria de apostar na interoperabilidade entre os sistemas de informação como ferramenta importante na atividade policial, uma vez que o acesso a base de dados de outras FFSS e de outros atores locais permitiria conhecer o indivíduo em observação e analisar informação importante no processo de tomada de decisão.

Quadro n.º 28 - Potencialidades e vulnerabilidades da cooperação

Módulo	Questões	Grupo de Entrevistados
Potencialidades e Vulnerabilidades da Cooperação	<p>B1 – Quais são as potencialidades de o DTer de Sintra estar inserido nestas ações de cooperação institucional no âmbito da prevenção do consumo/tráfico de estupefacientes?</p> <p>B2 - No âmbito da prevenção do consumo/tráfico de estupefacientes, que vulnerabilidades há ao nível da cooperação institucional?</p> <p>B3 - Que melhorias poderiam ser feitas para colmatar essas vulnerabilidades?</p>	<p>- Grupo A</p> <p>- Grupo B</p>

Nas respostas às perguntas do módulo **Balanço da Cooperação** (quadro n.º 29), o que une os dois grupos de entrevistados quanto a recomendações de ações a desenvolver é o reforço da formação específica aos intervenientes (professores, funcionários das escolas, membros das FFSS, entre outros) e a existência de um contrato local de segurança envolvendo todos os atores locais, incluindo os próprios alunos e outros jovens.

Por parte da GNR surgem ainda ideias para inovar a aproximação aos jovens, designadamente: integrar nas ações de sensibilização o testemunho de indivíduos que sofreram as consequências do consumo/tráfico de estupefacientes e se libertaram delas; mediante protocolos com empresas/organizações de relevo, criar campanhas de sensibilização mais criativas e em sintonia com o universo dos jovens.

Pelo lado dos atores locais, sugere-se que ações bem conseguidas em algumas escolas possam ser retomadas em outros estabelecimentos de ensino, potenciando assim as

experiências adquiridas; defende-se que as ações realizadas nas turmas deveriam ter continuidade, possibilitando o acompanhamento dos jovens ao longo do tempo, para se conhecer os seus percursos e aferir o acatamento dos ensinamentos; refere-se a necessidade de levar as ações de prevenção para fora do contexto escolar.

No que respeita aos resultados das iniciativas desenvolvidas em cooperação, os dois grupos de entrevistados mencionam alterações positivas nos comportamentos nos jovens. Os atores locais consideram ainda que as ações de prevenção ajudam os jovens a tomar decisões conscientes, o que pode tornar os alunos mais interessados na escola, contribuindo para o sucesso escolar e aliado a isso está o ambiente saudável e seguro sentido.

Na opinião dos entrevistados da GNR o trabalho desenvolvido em cooperação reforça a confiança das entidades externas na GNR. Em sentido algo semelhante também os atores locais consideram que cooperação em causa faz com que a comunidade fique a saber um pouco mais do papel de cada instituição contribuindo para desmistificar a sua missão.

Apesar do exposto, alguns entrevistados dos dois grupos também expressaram opinião de que, em certos grupos de idades as ações puramente de sensibilização não surtem o efeito desejado, pelo facto de já existirem hábitos de consumo/tráfego bem enraizados.

Em suma, a prevenção deste tipo de comportamentos desviantes passa pela cooperação institucional entre o DTer de Sintra e os restantes atores locais, uma vez que não representa um problema puramente policial e tem implicações sociais, pelo que, todas as entidades têm interesse em resolver este problema.

Quadro n.º 29 - Balanço da cooperação

Módulo	Questões	Grupo de Entrevistados
Balanço da Cooperação	<p>C1 - Que outro tipo de ações poderiam ser feitas no âmbito da prevenção do consumo/tráfego de estupefacientes em cooperação com outras entidades?</p> <p>C2 - Quais são os resultados que obtém através da cooperação institucional, no âmbito da prevenção do consumo/tráfego de estupefacientes?</p> <p>C3 - A cooperação institucional será um aspeto forte na prevenção do consumo/tráfego de estupefacientes? Porquê?</p>	<p>- Grupo A</p> <p>- Grupo B</p>

CONCLUSÃO

Após a finalização do trabalho de campo resultante da análise documental e das entrevistas realizadas, passamos a discutir as hipóteses de investigação com base nos resultados apresentados e discutidos no Capítulo 4.

Para o efeito, calculou-se a média das respostas dadas pelos entrevistados dos dois grupos (Grupo A – Militares da GNR e o Grupo B – Atores Locais). Para a validação das hipóteses consideram-se os seguintes parâmetros: a hipótese de investigação é confirmada se alcançar uma percentagem de respostas superior a 75%; para ser confirmada parcialmente é necessário compreender os 50% e os 75% e são consideradas não confirmadas as que tiverem menos de 50%.

Relativamente à **HI1: “As ações desenvolvidas no âmbito da prevenção do consumo/tráfico juvenil de estupefacientes na ZA do DTer de Sintra são as ações de sensibilização”**, confirma-se parcialmente. A média das respostas dos entrevistados à questão A1 e A2 é de 64%. Como resposta à **QD1: “Que tipo de ações são desenvolvidas na zona de ação do DTer de Sintra na prevenção do consumo/tráfico juvenil de estupefacientes?”**: nas respostas às questões A1 e A2 de ambos os grupos de entrevistados, constatamos que maioritariamente os atores desenvolvem ações de prevenção junto das escolas ou com as escolas, uma vez que, é onde os jovens passam a maior parte do seu tempo diário.

Estas ações passam por ações de sensibilização, afixação de cartazes nas paredes da escola, entrega de panfletos sobre as consequências do consumo/tráfico de estupefacientes e plataformas em que os alunos têm acesso, e sendo disponibilizada toda a informação sobre esta problemática.

Há uma preocupação e intenção de dar formação aos professores, diretores de agrupamentos ou de escolas, uma vez que, estes intervenientes atuam diariamente e constantemente com os alunos e, deste modo, com esta formação consegue chegar-se e sensibilizar um maior número de jovens. Assim, como os professores têm a responsabilidade de ensinar os alunos estando cientes e conhecedores deste tipo de

matérias, conseguem abordar o tema de uma forma dinâmica e acompanhar os alunos ao longo dos anos nas várias disciplinas escolares.

Nesta forma de transmitir conhecimentos pretende saber-se quais são as dúvidas e curiosidades que suscitam nos jovens de modo a haver um debate de ideias e troca de experiências.

No que respeita à ação dos militares do DTer de Sintra, estes atuam essencialmente na prevenção através do patrulhamento das zonas mais suscetíveis de servir ao consumo/tráfego de estupefacientes e através da abordagem/fiscalização de indivíduos suspeitos de praticarem tal comportamento na ZA da sua responsabilidade. Por vezes também ocorre este tipo de fiscalização no interior de uma escola, o que não é muito frequente.

A SPE do DTer de Sintra é o elo de ligação com a comunidade escolar. Como vimos, as ações de sensibilização têm, tendencialmente, vindo a aumentar de ano para ano. Esta proximidade com as escolas e a boa cooperação com as mesmas permite a partilha de informações que é importante na condução da atividade policial. De realçar a prestação da Câmara Municipal de Cascais na atividade que tem desenvolvido junto dos jovens na promoção de hábitos saudáveis, desenvolvendo uma espécie de teatro/debate com a colaboração das forças “vivas” locais juntos dos jovens interagindo de uma forma empreendedora e ativa.

No que concerne à **HI2: “As vulnerabilidades da cooperação institucional entre o DTer de Sintra e os atores locais resumem-se essencialmente à falta de recursos humanos”**, confirma-se parcialmente. Na questão B2 cerca de 50% dos entrevistados elencaram a falta de recursos humanos como uma vulnerabilidade na cooperação institucional. Assim, respondendo à **QD2: “Quais são as vulnerabilidades da cooperação institucional entre o DTer de Sintra e os atores locais na prevenção do consumo/tráfego juvenil de estupefacientes?”**: na resposta à questão B2, além da falta de recursos humanos e materiais que é uma evidência, por vezes, os próprios recursos humanos nem sempre são os mais indicados para lidarem com esta problemática.

Como fator que agrava esta realidade, temos a disponibilidade dos próprios intervenientes porque além de fazerem o trabalho enquanto pertencentes a uma instituição, como é expectável, têm de conjugar com a disponibilidade das outras entidades, o que nem sempre se torna fácil.

Entre as entidades envolvidas na cooperação, por vezes ocorrem falhas na articulação. Ligada a esta, outra vulnerabilidade detetada concerne ao facto de, após a

realização de determinadas ações, não existir uma partilha acerca dos resultados obtidos, por forma a conseguir-se que os mesmos sejam futuramente divulgados. Ou seja, quando uma instituição desenvolve um trabalho junto de uma comunidade de jovens, essa informação nem sempre é transmitida aos restantes atores. Tal facto pode levar a que outra entidade, em vez de desenvolver um novo trabalho, venha a repetir o que já foi feito. Estes exemplos prendem-se muito com a ausência de uma política de prevenção junto das escolas.

A falta de interoperabilidade entre sistemas de informações constitui uma vulnerabilidade nesta cooperação, pois muitos dos jovens que delinquem na ZA do DTer de Sintra não são provenientes desta ZA e até, possivelmente, já cometeram algum delito na ZA de outra FFSS. Esta falta de acesso a outras bases de dados pode implicar atrasos ou até incapacidade de dar uma resposta preventiva mais adequada.

Quanto à **HI3: “As ações de prevenção resultantes da cooperação institucional alteram os comportamentos dos jovens”**, confirma-se parcialmente, uma vez que, a média de respostas à questão C2 é de 57%. Relativamente à **QD3: “Na perspetiva do DTer de Sintra e dos atores locais, que balanço emerge dessa cooperação?”**: na sequência da resposta à questão C2, na análise de ambas as perspetivas (militares da GNR e atores locais) resulta a alteração de comportamentos nos jovens, uma vez que alguns deixam de consumir/traficar, definitivamente, estupefacientes; outros, assumindo o risco que este fenómeno acarreta, fazem este tipo de atividades de uma forma mais dissimulada ou deslocalizada; e quem não deixe este comportamento, pelo menos, já não transporta grandes quantidades, o que pelo menos poderá dificultar o acesso às substâncias. Logo, com esta alteração de comportamentos surge um ambiente mais saudável e seguro.

Esta cooperação entre entidades vem desmistificar ou revelar a missão de cada interveniente, pois a comunidade fica a conhecer um pouco mais o papel e o trabalho de cada instituição, como é o caso da CDT, da CPCJ, da DICAD. No caso da GNR vem desassociar da tradicional imagem repressiva. Ainda assim, as ações de sensibilização realizadas por estas entidades em cooperação, por vezes, em alguns grupos de idades, não têm tanto efeito como se pretende porque há hábitos de consumo/tráfico de estupefacientes de tal maneira enraizados, que se tornam difíceis de modificar. A prevenção nestes casos já tem que ser feita noutros moldes, onde já entramos no campo da intervenção, e que a este nível, a GNR também interfere no domínio da intervenção.

Na ótica do DTer de Sintra, o resultado da cooperação institucional consiste na confiança do trabalho desenvolvido, ao longo dos vários anos, pela subunidade. Esta

confiança materializa-se, muita das vezes, pelos convites que as entidades locais fazem ao DTer de Sintra para participarem em algumas ações ou em projetos, parcerias entre outros, e como tal, há uma imagem de profissionalismo evidente na prossecução da atividade diária. E, ainda, como este fenómeno está associado a outros crimes, a prevenção pode reduzir a criminalidade da ZA do DTer de Sintra, contribuindo assim para a promoção do sentimento de segurança da população.

Na perspetiva dos atores locais, salienta-se que os jovens ficam mais informados e conscientes dos riscos do consumo/tráfico de estupefacientes. Com a nova era da tecnologia e da informação, os jovens conseguem ter muita informação sobre tudo, no entanto, estas ações de prevenção ajuda-os a filtrar a informação, de modo a poderem tomar decisões conscientes. Com estes resultados, certamente, temos alunos mais interessados na escola contribuindo para o sucesso escolar.

Posto isto, estamos em condições de responder à questão central: **“Como potenciar a cooperação institucional entre o DTer de Sintra e os atores locais na prevenção do consumo/tráfico juvenil de estupefacientes?”**.

Em primeiro lugar, importa destacar que o facto de o DTer de Sintra pertencer a esta cooperação acarreta eficácia e credibilidade na transmissão da mensagem que é passada aos destinatários; há uma celeridade na resolução dos problemas relacionados com consumo/tráfico de estupefacientes; a dualidade de papéis característico da GNR, uma vez que a mesma instituição que atua numa parte interventiva também tem interesse em prevenir estes comportamentos desviantes e muitos dos casos que são sinalizados, para tratamento e acompanhamentos da competência de outras entidades, são provenientes do DTer de Sintra.

Com base nas vulnerabilidades apontadas, uma vez que se prendem muito com a escassez dos recursos humanos, a este nível seria de atender ao acréscimo de efetivos e a uma melhor gestão dos recursos humanos e articulação entre entidades, visto que, pode ser um “trunfo” para preencher a ausência desses recursos. No caso da GNR, é pertinente haver militares especializados nestas temáticas, pois este tipo de problemas necessita de um trabalho contínuo e permanente de modo a poder conhecer a realidade da área de atuação e a dar uma resposta mais adequada e objetiva. E, ainda, como se salientou, seria de melhorar a interoperabilidade entre sistemas de informação como ferramenta importante na atividade policial para ter acesso a informações mais completas de outras bases de dados e em tempo útil.

Apesar de todo o trabalho que vem sendo desenvolvido pelas entidades (GNR e atores locais) até ao momento, mesmo assim, seria pertinente desenvolver outro tipo de ações ou melhorias nas mesmas, como de seguida se apresentam.

Nas ações de sensibilização é interessante levar indivíduos que passaram pelas consequências do consumo/tráfico de estupefacientes e que podem relatar essa experiência na “primeira pessoa”. Por terem superado essa fase, conseguem transmitir uma visão mais pessoal das dificuldades que passaram e dos sacrifícios que tiveram de fazer para ultrapassar isso.

Relativamente à formação que é dada aos intervenientes, esta pode envolver mais atores porque, maioritariamente, é dada aos ativos de uma escola e os jovens não andam só na escola. Há mais estruturas de socialização que influenciam e têm um impacto direto na formação e desenvolvimento dos jovens. Como tal, a existência de um contrato local de segurança que também vinculasse os alunos ou os jovens a fazerem parte deste contrato seria importante. E, ainda, desenvolver as ações de sensibilização fora do contexto escolar e inovar nas formas de comunicação. Estas formas de comunicação podem passar pela via de protocolos com empresas/organizações com grande implementação no mercado, facilmente reconhecidas pelos jovens e com capacidade para financiar campanhas criativas e ao encontro dos gostos e universos das crianças e jovens. Também, avocar os projetos que os atores locais desenvolvem individualmente e exponenciar para outras escolas onde esses projetos não são desenvolvidos.

Era interessante fazer uma avaliação das atividades que estão a ser postas em prática, para ver se estão a surtir os efeitos pretendidos e também fazer um acompanhamento das turmas durante os vários anos para ver a sua evolução.

Importa salientar que não é realista, após aplicação de medidas de prevenção, a expectativa imediata de resultados. No entanto, se conseguirmos fazer com que indivíduos não iniciem os consumos/tráficos de estupefacientes; fazer com que retarde esses comportamentos ou até mesmo abrandar ou reduzir essa atividade, já se torna um “passo” significativo no âmbito da prevenção que tem consequências diretas na redução da criminalidade, contribuindo para o sentimento de segurança da comunidade.

Em suma, a prevenção do consumo/tráfico de estupefacientes, cada vez mais, passa pela cooperação institucional e, como diz o Coorientador, “a vulnerabilidade de um membro desta cooperação pode ser a potencialidade de outro membro, e só assim é que temos o ‘puzzle’ completo, caso contrário faltaria sempre uma peça”.

Nesta pesquisa, consideraram-se os elementos da GNR e os atores locais enquanto intervenientes e colaboradores na prevenção do consumo/tráfico de estupefacientes na classe juvenil. Ficaram ausentes os destinatários destas medidas, ou seja, os próprios jovens. Seria assim interessante, em trabalhos futuros levar em consideração o ponto de vista e a experiência do público-alvo a quem estas medidas se destinam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Academia Militar – Direção de Ensino (2016). NEP 522/1ª/20JAN16/AM. Lisboa: Academia Militar.

Assembleia da República [AR] (1999). Lei n.º 166/99 de 14 de setembro com última alteração pela Lei n.º 4/2015 de 15 de janeiro: Lei Tutelar Educativa. *Diário da República*, 1.º série, n.º 10, 396-436.

Assembleia da República [AR] (2000). Lei n.º 30/2000 de 29 de novembro com última alteração pelo Decreto-Lei n.º 114/2011 de 30 de novembro: Regime Jurídico Aplicável ao Consumo de Estupefacientes e Substâncias Psicotrópicas, bem como a Proteção Sanitária e Social das Pessoas que Consomem tais Substâncias sem Prescrição Médica. *Diário da República*, I série-A, n.º 276, 6829-6832.

Assembleia da República [AR] (2005). Lei Constitucional n.º 1/2005 de 12 de agosto: Constituição da República Portuguesa. *Diário da República*, I série, n.º 155, 4642-4686.

Assembleia da República [AR] (2006). Lei n.º 17/2006 de 23 de maio: Lei Quadro da Política Criminal. *Diário da República*, I-série-A, n.º 99, 3462-3464.

Assembleia da República [AR] (2007). Lei n.º 63/2007 de 6 de novembro: Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana. *Diário da República*, 1.º série, n.º 213, 8043-8051.

Assembleia da República [AR] (2008). Lei n.º 53/2008 de 29 de agosto com última alteração pela Lei n.º 59/2015 de 24 de junho: Lei de Segurança Interna. *Diário da República*, 1.ª série, n.º 167, 6135-6141.

Assembleia da República [AR] (2015). Lei n.º 72/2015 de 20 de julho: Lei de Política Criminal – Biénio 2015-2017. *Diário da República*, 1.ª série, n.º 139, 4909-4911.

Benavente, R. (2002). Delinquência juvenil: Da disfunção social à psicopatologia. *Análise Psicológica*, 4 (XX), 637-645. Acedido em 8 de março de 2016 em <http://goo.gl/a8Rqza>.

Camões - Instituto da Cooperação e da Língua [CICL] (2016). *Glossário da Cooperação*. In *Portal do Ministério dos Negócios Estrangeiros*. Acedido em 17 de maio de 2016 em <http://goo.gl/6dH17s>.

Carvalho, M. J. L. (2005). Jovens, Espaços, Trajectórias e Delinquências. In *Sociologia, Problemas e Práticas*, 49, 71-93. Acedido em 30 de março de 2016 em <http://goo.gl/eLxW9A>.

Carvalho, M. J. L. (2012). Delinquência de Crianças e Jovens: uma Questão de Olhar(es)?. In *Alicerces. Revista de Investigação, Ciência, Tecnologias e Artes*, 5, 23-35. Acedido em 31 de março de 2016 em <https://goo.gl/WJhcjo>.

Centro de Estudos para a Intervenção Social [CESIS] (2012) *Criminalidade e Violência Juvenil: Resultados de um Estudo Europeu sobre Delinquência e Prevenção - Materiais de Apoio à Formação de Profissionais de Forças Policiais*. In *Portal do Centro de Estudos para a Intervenção Social*. Acedido a 15 de dezembro de 2015 em <http://goo.gl/sogkHJ>.

Conselho de Ministros [CM] (1982). Decreto-Lei n.º 401/82 de 23 de setembro: Regime Penal Aplicável a Jovens Delinquentes. *Diário da República*, I série, n.º 221, 3006(64)-3006(66).

Copeto, R. P. (2011). *O Papel das Forças de segurança no Sistema de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo*. Dissertação de Mestrado em Direito e Segurança, Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

Duarte, V., & Carvalho, M. J. L. (2015). *Da delinquência juvenil. Contributos para a problematização de um conceito*. In Cunha, M. I. (Org.), *Do Crime e do Castigo. Temas e Debates Contemporâneos* (99-112). Lisboa: Editora Mundos Sociais.

Ferreira, P. (1997). «Delinquência juvenil», família e escola. *Análise Social*, V. XXXII (143), 913-924. Acedido em 10 de março de 2016 em <http://goo.gl/6lKjRm>.

Ferreira, P. (1999). Infracção e censura — representações e percursos da sociologia do desvio. *Análise Social*, V. XXXIV (151-152), 635-667. Acedido em 06 de abril de 2016 em <http://goo.gl/VbNaXy>.

Fortin, M. F. (2009). *O processo de investigação: da concepção à realização*. 5ª edição, Loures: Lusociência.

Freixo, M. (2012). *Metodologia Científica: Fundamentos, Métodos e Técnicas*. 4ª edição, Lisboa: Instituto Piaget.

Gabinete de Documentação e Direito Comparado [GDDC] (2014). *Princípios Orientadores das Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil (Princípios Orientadores de Riade)*. In *Portal do Gabinete de Documentação e Direito Comparado*. Acedido em 4 de dezembro de 2014 em <http://goo.gl/BuAuFt>.

Gabinete de Documentação e Direito Comparado [GDDC] (2016). *A Protecção dos Direitos da Criança no sistema das Nações Unidas*. In *Portal do Gabinete de Documentação e Direito Comparado*. Acedido em 12 de janeiro de 2016 em <http://goo.gl/Qb0Zgr>.

Gabinete de Documentação e Direito Comparado [GDDC] (2016). *Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça de Menores (Regras de Beijing)*. In *Portal do Gabinete de Documentação e Direito Comparado*. Acedido em 31 de março de 2016 em <http://goo.gl/FRDSR9>.

Gonçalves, A. (2008). *Álcool, tabaco e outras drogas: concepções de professores e alunos do ensino básico e secundário e análise de programas e manuais escolares*. Tese de Doutoramento em Estudos da Criança Área de Especialização em Saúde Infantil, Universidade do Minho, Braga.

Governo (2015). Programa do XXI Governo Constitucional 2015-2019. Acedido em 04 de abril de 2016 em <http://goo.gl/R02qKR>.

Guarda Nacional Republicana (1996). *Manual de Operações*, Vol. I. Lisboa: Cegraf/GNR.

Guarda Nacional Republicana (1997). *Manual de Operações*, Vol. II. Lisboa: Cegraf/GNR.

Guarda Nacional Republicana [GNR] (2010). Despacho n.º 10393/2010 de 05 de maio: Regulamento Geral do Serviço da Guarda Nacional Republicana. *Diário da República*, 2.ª série, n.º 119, 33856 – 33891.

Guarda Nacional Republicana [GNR] (2011). NEP/GNR - 3.58 do GNR/CO/DO, de 6 de abril (Regulamentação dos Programas Especiais de Policiamento de Proximidade da GNR).

Guarda Nacional Republicana [GNR] (2014). *Policiamento de Proximidade e Segurança Comunitária*. In *Portal da Guarda Nacional Republicana*. Acedido em 30 de novembro de 2014 em <http://goo.gl/6s2QnS>.

Guarda Nacional Republicana [GNR] (2014). *Estratégia 2020*. In *Portal da Guarda Nacional Republicana*. Acedido em 17 de maio de 2016 em <http://goo.gl/b1ByB0>.

Laranjeira, C. (2007). A análise psicossocial do jovem delinquentes: uma revisão da literatura. *Psicologia em Estudo*, V. 12, n.º 2, 221-227. Acedido em 4 de março de 2016 em <http://goo.gl/Xs6GiH>.

Luzes, C. (2010). Um olhar psicológico sobre a delinquência. In *Portal dos Psicólogos*. Acedido em 10 de abril de 2016 em <http://goo.gl/QRFPdw>.

Marconi, M., Lakatos, E. (2003). *Fundamentos da Metodologia Científica*. 5ª edição, São Paulo: Editora Atlas.

Ministério da Administração Interna – Direção-Geral da Administração Interna [MAI-DGAI] (2009). *Manual de Diagnósticos Locais de Segurança: Uma Compilação de Normas e Práticas Internacionais*. In *Portal da Direção Geral da Administração Interna*. Acedido em 12 de janeiro de 2015 em <http://goo.gl/3yz7F4>.

Ministério da Justiça [MJ] (1993). Decreto-Lei n.º 15/93 de 22 de janeiro com última alteração pela Lei n.º 77/2014 de 11 de novembro: Regime Jurídico Aplicável ao Tráfico e Consumo de Estupefacientes e Substâncias Psicotrópicas. *Diário da República*, I série-A, n.º 18, 234-252.

Ministério da Justiça [MJ] (1995). Decreto-Lei n.º 48/95 de 15 de março com última alteração pela Lei n.º 110/2015 de 26 de agosto: Código Penal. *Diário da República*, I série-A, n.º 63, 1350-1416.

Negreiros, J. (2000). *As acções de prevenção do abuso de drogas em Portugal: apreciação crítica e perspectivas para o futuro*. In Precioso, J., Viseu, F., Dourado, L., Vilaça, M., Henriques, R., Lacerda, T., *Educação para a Saúde* (2.º edição, 121-129). Braga: Universidade do Minho. Acedido em 14 de abril de 2016 em <https://goo.gl/TtWxeQ>.

Pais, J. M. (1990). A construção sociológica da juventude - alguns contributos. *Análise Social*, V. XXV, 139-165. Acedido em 10 de abril de 2016 em <http://goo.gl/q8wisB>.

Porto Editora (2014). *Dicionário da Língua Portuguesa*. Porto: Porto Editora.

Presidência do Conselho de Ministros [PCM] (2001). Resolução do Conselho de Ministros n.º 4/2001 de 6 de dezembro de 2000: Programa de Prevenção da Criminalidade e Inserção dos Jovens «ESCOLHAS». *Diário da República*, I série-B, n.º 7, 68 – 72.

Quivy, R., Campenhoudt, L. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.

Rocha, M. (2012). *O Impacto do Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade na Segurança Urbana*. Dissertação de Mestrado em Economia e Gestão das Cidades, Faculdade de Economia da Universidade do Porto, Porto.

Sarmento, M. (2013). *Metodologia científica para a elaboração, escrita e apresentação de teses*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.

Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências [SICAD] (2013). *Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2013-2020*. In *Portal do Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências*. Acedido em 13 de abril de 2016 em <http://goo.gl/LYXIUj>.

Sistema de Segurança Interna [SSI] (2016). *Relatório Anual de Segurança Interna 2015*. In *Portal República Portuguesa*. Acedido a 5 de abril de 2016 em <http://goo.gl/5oSCOu>.

Sousa, F., Silva, R., Baptista, S., Lopes, T. (2004). *Os Caminhos Difíceis da “Nova” Justiça Tutelar Educativa*. Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra.

Tomás, C., Belo, C. (2012). *Conversando sobre Direitos Humanos e Direitos da Criança*. In *Alicerces. Revista Científica de Investigação, Ciência, Tecnologias e Artes*. Instituto Politécnico de Lisboa: Edições Colibri. Acedido em 01 de abril de 2016 em <https://goo.gl/AS18nR>.

Vieira, S. (2014). *Representações sociais sobre a delinquência juvenil: Estudo comparativo entre duas amostras de estudantes pós-graduados*. Dissertação de Mestrado em Antropologia, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa.

APÊNDICES

Apêndice A - Guião de Entrevista



ACADEMIA MILITAR

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

**A Cooperação Institucional na Prevenção do Consumo/Tráfico Juvenil de
Estupefacientes: Zona de Ação do Destacamento Territorial de Sintra**

Guião de Entrevista

Autor: Aspirante de Infantaria da GNR Carlos André Gonçalves Dantas

Orientadora: Professora Doutora Ana Maria C. Romão L. Bandeira

Coorientador: Capitão de Infantaria da GNR Bruno Vicente de Barros C. Ribeiro

A presente entrevista é referente ao Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada subordinado ao título: “A Cooperação Institucional na Prevenção do Consumo/Tráfico Juvenil de Estupefacientes: Zona de Ação do Destacamento Territorial de Sintra”.

A entrevista tem como objetivo a recolha de informações acerca da relação da cooperação institucional entre o DTer de Sintra e os atores locais na prevenção do consumo/tráfico juvenil de estupefacientes. Com isto, pretendemos recolher informações sobre que ações de prevenção são desenvolvidas individualmente, por cada entidade, e em cooperação na ZA do DTer de Sintra. Que potencialidades e vulnerabilidades existem na cooperação entre o DTer de Sintra e os atores locais, melhorias para colmatar essas vulnerabilidades, o que pode ser feito e quais os resultados que se obtém com esta cooperação institucional. Por fim, saber se a cooperação institucional é um aspeto forte na prevenção do consumo/tráfico juvenil de estupefacientes.

Posto isto, o contributo de V.Ex.^a possibilitar-nos-ia, certamente, a obter conclusões mais claras e completas acerca da investigação.

Destarte, solicito a V.Ex.^a que contribua para esta investigação com vista a atingir os intentos propostos, respondendo com base naquilo que é a realidade do seu trabalho.

Grato pela sua disponibilidade e colaboração.

Atentamente,

Carlos André Gonçalves Dantas

Aspirante de Infantaria da GNR

Dados do Entrevistado

Entidade:	
Função:	
Grupo Data-Hora:	
Local:	
Suporte:	

Módulos	Questões
Módulo A: Ações de Prevenção	A1 - Que ações desenvolve no âmbito da prevenção do consumo/tráfico de estupefacientes? A2 - Que tipo de ações desenvolve em cooperação com outros atores locais na prevenção do consumo/tráfico de estupefacientes?
Módulo B: Potencialidades e as Vulnerabilidades da Cooperação	B1 - Quais são as potencialidades de o DTer de Sintra estar inserido nestas ações de cooperação institucional no âmbito da prevenção do consumo/tráfico de estupefacientes? B2 - No âmbito da prevenção do consumo/tráfico de estupefacientes, que vulnerabilidades há ao nível da cooperação institucional? B3 - Que melhorias poderiam ser feitas para colmatar essas vulnerabilidades?
Módulo C: Balanço da Cooperação	C1 - Que outro tipo de ações poderiam ser feitas no âmbito da prevenção do consumo/tráfico de estupefacientes em cooperação com outras entidades? C2 - Quais são os resultados que obtém através da cooperação institucional, no âmbito da prevenção do consumo/tráfico de estupefacientes? C3 - A cooperação institucional será um aspeto forte na prevenção do consumo/tráfico de estupefacientes? Porquê?

Outras considerações:

Apêndice B - Codificação Alfanumérica das Respostas dos Entrevistados

Quadro n.º 30 - Codificação alfanumérica do Grupo A

Codificação alfanumérica das entrevistas	
Questão A1	
“Que ações desenvolve no âmbito da prevenção do consumo/tráfego de estupefacientes?”	
Segmento A1.1	Ações de sensibilização
Segmento A1.2	Patrulhamento
Segmento A1.3	Fiscalização
Segmento A1.4	Cartazes/Panfletos
Questão A2	
“Que tipo de ações desenvolve em cooperação com outros atores locais na prevenção do consumo/tráfego de estupefacientes?”	
Segmento A2.1	Ações de sensibilização
Segmento A2.2	Partilha de Informações
Segmento A2.3	Fiscalização
Segmento A2.4	Formação dos intervenientes
Segmento A2.5	Conceito de CPTED
Questão B1	
“Quais são as potencialidades de o DTer de Sintra estar inserido nestas ações de cooperação institucional no âmbito da prevenção do consumo/tráfego de estupefacientes?”	
Segmento B1.1	Transmissão da mensagem é mais eficaz
Segmento B1.2	Celeridade na resolução dos problemas
Segmento B1.3	Dualidade de papéis
Segmento B1.4	Continuidade de trabalho
Questão B2	
“No âmbito da prevenção do consumo/tráfego de estupefacientes, que vulnerabilidades há ao nível da cooperação institucional?”	
Segmento B2.1	Não existem
Segmento B2.2	Recursos humanos
Segmento B2.3	Disponibilidade
Segmento B2.4	Meios materiais
Segmento B2.5	Falha na articulação entre entidades
Segmento B2.6	Falta de interoperabilidade entre sistemas de informações
Questão B3	
“Que melhorias poderiam ser feitas para colmatar essas vulnerabilidades?”	
Segmento B3.1	Mais recursos humanos
Segmento B3.2	Haver militares especializados numa só matéria
Segmento B3.3	Melhor articulação entre atores
Questão C1	
“Que outro tipo de ações poderiam ser feitas no âmbito da prevenção do consumo/tráfego de estupefacientes em cooperação com outras entidades?”	
Segmento C1.1	Ações de sensibilização com relatos na 1.º pessoa
Segmento C1.2	Dar formação aos intervenientes
Segmento C1.3	Contrato local de segurança
Segmento C1.4	Continuar a desenvolver o trabalho
Segmento C1.5	Ações fora do contexto escolar
Segmento C1.6	Protocolos com empresas
Questão C2	
“Quais são os resultados que obtém através da cooperação institucional, no âmbito da prevenção do	

consumo/tráfico de estupefacientes?”	
Segmento C2.1	Alteração de comportamentos
Segmento C2.2	As ações de sensibilização não são tão eficazes como desejaríamos
Segmento C2.3	Desmitificar o papel da instituição
Segmento C2.4	Ambiente saudável e seguro
Segmento C2.5	Confiança
Questão C3	
“A cooperação institucional será um aspeto forte na prevenção do consumo/tráfico de estupefacientes? Porquê?”	
Segmento C3.1	Sim

Quadro n.º 31 - Codificação alfanumérica do Grupo B

Codificação alfanumérica das entrevistas	
Questão A1	
“Que ações desenvolve no âmbito da prevenção do consumo/tráfico de estupefacientes?”	
Segmento A1.1	Ações de sensibilização
Segmento A1.2	Cartazes/Panfletos
Segmento A1.3	Disciplinas escolares
Segmento A1.4	Acompanhamento
Segmento A1.5	Formação dos intervenientes
Questão A2	
“Que tipo de ações desenvolve em cooperação com outros atores locais na prevenção do consumo/tráfico de estupefacientes?”	
Segmento A2.1	Ações de sensibilização
Segmento A2.2	Partilha de Informações
Segmento A2.3	Fiscalização
Segmento A2.4	Prevenção para a evitar a reincidência
Segmento A2.5	Plataforma de Saúde na Escola
Segmento A2.6	Teatro/Debate
Segmento A2.7	Formação dos intervenientes
Questão B1	
“Quais são as potencialidades de o DTer de Sintra estar inserido nestas ações de cooperação institucional no âmbito da prevenção do consumo/tráfico de estupefacientes?”	
Segmento B1.1	Transmissão da mensagem é mais eficaz
Segmento B1.2	Celeridade na resolução dos problemas
Segmento B1.3	Sinalização de casos
Segmento B1.4	Dualidade de papéis
Questão B2	
“No âmbito da prevenção do consumo/tráfico de estupefacientes, que vulnerabilidades há ao nível da cooperação institucional?”	
Segmento B2.1	Não existem
Segmento B2.2	Recursos humanos
Segmento B2.3	Falta de uma Política de Prevenção nas escolas
Segmento B2.4	Meios materiais
Segmento B2.5	Disponibilidade
Segmento B2.6	Falha na articulação entre entidades
Questão B3	
“Que melhorias poderiam ser feitas para colmatar essas vulnerabilidades?”	
Segmento B3.1	Mais recursos humanos
Segmento B3.2	Melhor gestão de recursos humanos
Segmento B3.3	Melhor articulação entre atores
Questão C1	
“Que outro tipo de ações poderiam ser feitas no âmbito da prevenção do consumo/tráfico de estupefacientes em cooperação com outras entidades?”	
Segmento C1.1	Acompanhamento das turmas durante vários anos
Segmento C1.2	Avocar os projetos e exponenciá-los para escolas que ainda não têm

Segmento C1.3	Dar formação aos intervenientes
Segmento C1.4	Contrato local de segurança
Questão C2	
“Quais são os resultados que obtém através da cooperação institucional, no âmbito da prevenção do consumo/tráfico de estupefacientes?”	
Segmento C2.1	Alteração de comportamentos
Segmento C2.2	As ações de sensibilização não são tão eficazes como desejaríamos
Segmento C2.3	Desmitificar o papel da instituição
Segmento C2.4	As fiscalizações têm um impacto momentâneo
Segmento C2.5	Despertar para outros problemas
Segmento C2.6	Ambiente saudável e seguro
Segmento C2.7	Sucesso Escolar
Segmento C2.8	Indivíduos capazes de tomarem decisões conscientes
Questão C3	
“A cooperação institucional será um aspeto forte na prevenção do consumo/tráfico de estupefacientes? Porquê?”	
Segmento C3.1	Sim

Apêndice C - Quadro Análise de Conteúdo de Entrevistas

Quadro n.º 32 - Análise de resultado da questão A1 dos entrevistados do Grupo A

E	Ideias principais	Segmentos
E1	<p>- “Nós fazemos dezenas de ações de sensibilização ‘sozinhos’ de forma autónoma, junta da comunidade escolar, nomeadamente os diretores de agrupamentos, dos professores, alunos e encarregados de educação”.</p> <p>- “Mas, por mais prevenção que nós façamos nas escolas, nas áreas envolventes, nos percursos para casa, nas redes de transportes públicos é uma necessidade fazer a intervenção. Nós só temos a perceção do consumo e das quantidades que se traficam através da fiscalização. Temos que os abordar. Quando a GNR faz uma ação desta envergadura numa escola fica-se a falar durante algum tempo na escola, em casa é difundida na comunidade e isso funciona muito como prevenção”.</p> <p>- “A nossa atividade e sensibilidade profissional já nos facilita para saber os locais onde é suscetível haver este tipo de consumo/tráfico, de saber quem são os consumidores, basta através do nosso patrulhamento de proximidade que ficamos muitas das vezes a saber a rotina de alguns grupos de jovens e assim é mais fácil para nós monitorizá-los. E, não me refiro só a fazer revistas de estar constantemente a abordá-los mas, basta o nosso policiamento nesse tipo de zonas onde sabemos em que eles podem vender ou consumir para prevenir. Se nós criarmos esse desconforto, instabilidade, surpresa de alguma forma pode reduzir o consumo ou então eles vão fazê-lo para outro lado”.</p>	<p>A1.1</p> <p>A1.3</p> <p>A1.2</p>
E2	<p>- “As ações que nós desenvolvemos para a prevenção é feita pelo SPE de cada Destacamento. Tentamos ir aos locais onde a mensagem é mais fácil ser transmitida”.</p> <p>- “Penso que um indivíduo deixa de consumir/traficar se for alvo de fiscalização, desse modo é capaz de deixar de o fazer, pelo menos naquele local. Se sentirem consequências das ações que fazem é bem provável que vá mudar o seu comportamento”.</p>	<p>A1.1</p> <p>A1.3</p>
E3	<p>- “Se falamos exclusivamente de prevenção, isto é, de medidas que visem evitar o consumo/tráfico de estupefacientes, as ações realizadas pelo SDTer de Sintra passam tão-somente pelo patrulhamento, que em boa verdade pode prevenir o consumo/tráfico em determinados locais, através da presença de patrulhas que causam efeito dissuasor, mas cujo efeito prático no que concerne ao prevenir é muito reduzido. Isto é, não raras vezes se identificam locais que se tornam focos de consumo/tráfico de estupefacientes. Se esses locais começarem a ser alvo de um patrulhamento intensivo, quem consome ou trafica, vai deixar de o fazer naquele local, mas vai procurar outro”.</p>	<p>A1.2</p>
E4	<p>- “Um militar da GNR a policiar representa visibilidade e já impede determinados comportamentos”.</p> <p>- “Quando estamos a patrulhar um local suspeito de consumo de estupefacientes e apercebemo-nos de um grupo de dez indivíduos. Decidimos abordar e revistar esse grupo para ver se algum dos indivíduos está na posse de substâncias. Claro que isto também é prevenção pois estes indivíduos ficam a saber que nós andamos atentos e que somos proativos, que não nos limitamos a ‘passear’ o carro”.</p>	<p>A1.2</p> <p>A1.3</p>
E5	<p>- “O que fazemos é a abordagem e revista aos indivíduos. Até no autocarro quando passa aqui na zona de ação de colares é dado ordem de paragem, e os alunos são revistados”.</p> <p>- “Todos os dias também são lançadas patrulhas no terreno e estas de forma indireta acabam por ser um impedimento a certo tipo de comportamentos”.</p> <p>- “Também fazemos a sensibilização do consumo de estupefacientes ao nível</p>	<p>A1.3</p> <p>A1.2</p> <p>A1.1</p>

	rodoviário”.	
E6	- “As patrulhas ao fazerem os seus giros, estão alerta para possíveis situações de consumo e aí podem intervir”.	A1.2
	- “Fazemos abordagens e revistas aos alunos junto das escolas e em locais onde os alunos apanham os transportes para as respetivas casas”.	A1.3
	- “Incidimos a prevenção do consumo e do tráfico na condução rodoviária, alertando aos perigos de conduzir sob a influência destas substâncias psicoativas”.	A1.1
	- “São distribuídos ao longo do ano panfletos”.	A1.4
E7	- “Quando os jovens vêm para o intervalo, muitos deles vêm cá para fora para fumar o seu cigarro. Aproveitamos para lhes transmitir as consequências dos efeitos do consumo do tabaco e toda essa envolvimento da problemática do consumo de drogas”.	A1.1
	- “Patrulhamento intensivo junto às escolas e imediações”.	A1.2
	- “Distribuição de panfletos que serve para sensibilizar e falar sobre o tema”.	A1.4
	- “Jovens que não conhecemos ou nos parecem suspeitos são alvos de uma abordagem, obviamente”.	A1.3

Quadro n.º 33 - Análise de resultado da questão A2 dos entrevistados do Grupo A

E	Ideias principais	Segmentos
E1	- “Nós fazemos dezenas de ações de sensibilização em cooperação com outras entidades, como é o caso da SICAD, CDT, Juntas de Freguesia, Câmaras Municipais com o interesse de trazer especialistas nesta matéria para falarem como entidade técnica da matéria e não ter o militar da GNR que parece ser sempre o especialista da matéria, que fala de tudo”.	A2.1
	- “Cada vez mais registamos que há muito consumo nas escolas. E os alunos já perceberam que é mais fácil fazer o consumo/tráfico dentro das escolas. E para fazermos algum tipo de operação dentro de uma escola é preciso ter acesso à escola e tem que ser de forma articulada com os diretores de escola ou dos agrupamentos. Logo, tem que haver um relacionamento estreito e colaborativo com os mesmos”.	A2.3
	- “Quem vai poder resolver o problema, até mesmo na prevenção da própria criminalidade ou reduzir o consumo somos nós (GNR). Mas, nós, precisamos de informação porque a informação é fundamental hoje em dia para a prevenção de qualquer tipo de crime. E neste tipo de ações de cooperação que realizamos com as entidades há esta partilha de informação”.	A2.2
E2	- “Fazemos ações de sensibilização com as escolas, com a Segurança Social, com a CDT”.	A2.1
E3	- “Uma medida preventiva que o SDTer de Sintra desenvolve, e que tem sido uma aposta por parte do Comando do DTer de Sintra, está relacionada com o conceito de CPTED (Crime prevention through environmental design), isto é, fazemos uma análise daquilo que é o espaço físico que envolve os locais identificados como foco de um determinado crime e atuamos junto das entidades competentes para alterá-lo e torná-lo menos propício a essas atividades. Como é do conhecimento geral, existem determinadas condições criadas pela configuração urbanística que tornam um local mais propício para a prática de ilícitos, e o inverso também. Por exemplo, a existência de obstáculos que tornam um espaço mais reservado, a falta de iluminação, a existência de vários acessos que possibilitem uma fuga rápida ou de espaços para ocultação de objetos, são algumas das características de que falo. Se junto da entidade competente for possível acabar com essas condições, reduzindo ou eliminando os obstáculos que tornam os locais mais reservados, vai permitir que quem passe nas redondezas consiga perceber perfeitamente o que lá se passa e se tornarmos o local mais iluminado, este vai deixar de ser tão propício. Para ilustrar esta situação, vou falar de apenas um dos casos de sucesso: durante o final do ano de 2014 surgiu na vila de Sintra um jardim que se tornou paragem habitual de indivíduos suspeitos que se dedicavam ao tráfico e consumo de estupefacientes. Foi intensificado o patrulhamento no local e em consequência disso houve um aumento exponencial do número de autos de contraordenação por	A2.5

	<p>consumo de estupefacientes e também de detenções por tráfico. Passadas cerca de duas semanas verificou-se que o local já não estava a ser usado para as práticas em causa, e como tal foi-se reduzindo a intensidade de patrulhamento no local. A meio do ano de 2015 voltou-se a verificar novamente este foco no mesmo local e intensificou-se novamente o patrulhamento, obtendo os mesmos resultados operacionais que já se tinham observado no ano anterior. O local era um jardim com sebes muito altas em volta que faziam o mesmo efeito que um muro, impedindo que quem passa-se ao lado tivesse a perceção do que estava a acontecer no interior. Dentro do jardim existiam árvores de grandes dimensões com copas muito largas que impediam que as pessoas que viviam nos prédios circundantes tivessem vista para o jardim. No interior do jardim a iluminação era residual. Realizei algumas reuniões com o presidente da junta de freguesia no sentido de lhe fazer perceber a importância de uma intervenção naquele jardim, e o Comandante do Destacamento Territorial de Sintra fez também chegar essa preocupação junto do gabinete de urbanismo da Câmara Municipal de Sintra.</p> <p>Efetivamente estas entidades intervieram no jardim, podando as árvores, devastando as sebes e aumentando a iluminação. Com esta medida, o local deixou de ser propício para a prática de ilícitos e ainda se tornou num local aprazível para lazer de todos os cidadãos da vila”.</p> <p>- “O desenvolvimento de operações policiais especificamente dirigidas para o tráfico/consumo de estupefacientes foram também fundamentais enquanto medidas dissuasoras dessas práticas, e na sua realização foi fundamental a cooperação com as direções das escolas”.</p> <p>- “Uma das medidas de cooperação que considero que foi muito positiva, foi uma ação de formação dada pela CDT a militares do CTer de Lisboa (nos quais se incluem militares do SDTer de Sintra) e que serviu para dotar os militares com conhecimentos muito específicos que são uma mais-valia nesta área”.</p>	<p>A2.3</p> <p>A2.4</p>
E4	- “A patrulha constantemente recebe queixas de consumo em determinados locais. Durante vários dias há uma intensificação de patrulhamento nessa zona”.	A2.2
E5	- “Ações concertadas de fiscalização com a direção da escola, dentro das salas”.	A2.3
	- “Alvos pontuais/referenciados pelas escolas que chegam até nós, e posteriormente fazemos a nossa ação”.	A2.2
E6	- “Essencialmente nas palestras às escolas”.	A2.1
E7	- “O seminário que desenvolvemos em 2014, onde juntamos várias escolas da nossa zona de ação e várias entidades como a SICAD, entre outras”.	A2.1
	- “Se encontrarmos jovens que vivem sozinhos que entram na via da delinquência e que não trabalham, referenciamos esses indivíduos e notificamos às assistentes sociais”.	A2.2

Quadro n.º 34 - Análise de resultado da questão B1 dos entrevistados do Grupo A

E	Ideias principais	Segmentos
E1	<p>- “Há uma coisa que nós não nos podemos esquecer, é que somos polícias, somos autoridade do estado, em que a nossa missão é prevenção do consumo/tráfico e associado a isso há a intervenção. Em que nós somos o garante do cumprimento das leis e isso é verdadeiramente o nosso foco. Nós podemos fazer ações de sensibilização com um médico ou com um psicólogo, mas ele não pode levantar um auto de contraordenação, ele não pode deter um indivíduo porque isso é da nossa competência, é a nossa missão. Esses especialistas não vão para a porta da escola revistar alunos ou fazer patrulhas de prevenção de proximidade”.</p> <p>- “As entidades sentem-se confortáveis em realizar as ações connosco porque, às vezes, é necessário o respeito e a nossa presença promove isso. Quando alguém vê ali uma força fardada as pessoas ficam mais atentas e isto é relatado pelas entidades que fazem ações connosco, que veem outro tipo de atenção com a nossa presença (...) Às vezes basta um exemplo de uma consequência destas para aumentar a credibilidade da nossa imagem do que aquele que nunca fez nada”.</p>	<p>B1.3</p> <p>B1.1</p>
E2	- “As instituições virem connosco fazerem as ações, ganhamos porque a mensagem	B1.1

	que é passada para o público-alvo é mais completa”.	
E3	- “As entidades em Sintra, regra geral, encontram-se alinhadas num projeto de cooperação, por vários motivos, e um deles é que a maior parte dos representantes das instituições (Câmara Municipal, Junta de Freguesia, CPCJ, escolas, estabelecimento prisional e etc...) já tem bastante experiência e conhecimento de terreno porque já se encontram ligadas a Sintra há bastante tempo. E esse é sem dúvida o grande ‘trunfo’ para a cooperação com as instituições locais: a continuidade de trabalho. O atual Comandante de DTer de Sintra já está ligado a Sintra há vários anos, praticamente desde que começou a sua carreira, e como tal, conhece todas as entidades, as suas potencialidades, as pessoas que as dirigem e que delas fazem parte, tornando assim o trabalho muito mais fluido e a cooperação muito mais simples, pois tem uma base de confiança”.	B1.4
E4	- “A GNR estar inserida neste tipo de cooperação é uma mais-valia porque é a entidade que tem como missão o cumprimento da legalidade. A GNR ao obter informações de que em determinado local se consome/trafrique tem a possibilidade de imediatamente se deslocar para o local para cessar a infração”.	B1.2
E5	- “O nosso grande foco de consumo é junto à escola profissional. E o facto de haver este tipo de cooperação e estando nós (GNR) envolvidos, permite que a informação chegue até nós em primeira linha”.	B1.2
E6	- “Como este tipo de consumos nos jovens, ocorre essencialmente junto às escolas, o facto de termos esta boa cooperação, faz com que haja um diálogo direto entre a escola e a GNR sobre possíveis suspeitos ou indivíduos identificados. A escola saber que se tiver um problema nós estamos lá para o resolver. Se precisar que a escola me resolva um problema ou que haja um aluno problemático e que me faça chegar os dados desse aluno eles terem confiança que esses dados vão chegar ao PTer para esses efeitos e não para outros”.	B1.2
E7	- “Os jovens compreendem melhor a informação que é passada por uma força de segurança, uma vez que é o mesmo militar que caso o jovem não cumpra pode vir a sancioná-lo”.	B1.1 B1.3

Quadro n.º 35 - Análise de resultado da questão B2 dos entrevistados do Grupo A

E	Ideias principais	Segmentos
E1	- “A grande dificuldade é a disponibilidade porque os recursos são poucos, muitas das vezes, são das outras entidades. Às vezes quando falamos de uma entidade falamos só de uma pessoa, em que essa instituição tem disponível um recurso humano ou dois recursos humanos. E por vezes a dificuldade é de agendar a nossa agenda com esse elemento ou com essa instituição”.	B2.3
E1	- “Há militares que estão no SPE que não sabem ligar um computador. Que não têm conta nas redes sociais e é preciso acompanhar a evolução da sociedade. Há miúdos com 10 anos que estão mais conhecedores das novas tecnologias do que a maioria dos elementos que estão neste tipo de secções. Que nem um e-mail sabem consultar. E na GNR o que acontece muito é que o pessoal que está nesta área é pessoal mais velho que já anda farto de andar a fazer patrulhas e horários”.	B2.2
E2	- “As dificuldades prendem-se muito com a escassez de meios. Alguma falha que existe de meios das outras entidades a coberta da parte de cooperação institucional utilizam a Guarda porque ela é tida como ‘SOS’ para resolver os problemas que elas tenham”.	B2.4
E3	- “A principal vulnerabilidade deste sistema de cooperação pela prevenção, prende-se com a falta de interoperabilidade entre sistemas de informações, ou seja, a capacidade de poder haver partilha de informações através do acesso a bases de dados de outras FFSS, como é o caso da PSP e, ainda, aceder a base de dados de outros atores locais, como é o caso da CPCJ, da CDT, de algum centro de saúde, entre outros. Ainda assim, de quem, após a informação estar toda reunida, estude/analise a informação extraída dos inquéritos por forma a conseguir perceber a raiz do problema, para depois usar mecanismos de prevenção sobre o mesmo”.	B2.2 B2.6
E4	- “Enviamos a informação para a CDT e sinceramente eu não sei o que eles fazem	B2.5

	com essa informação. Não recebemos o feedback dessa entidade, ou seja, não sabemos se eles comparecem ou não às reuniões, se recebem alguma formação. Aqui era importante saber o resultado que a nossa ação teve naquele indivíduo. Há uma falta de coordenação entre a GNR e a CDT”.	
E5	- “Não há, estamos a falar de um assunto que todos queremos resolver”.	B2.1
E6	- “Que eu tenha conhecimento, não há”.	B2.1
E7	- “Para já estamos a funcionar bem. A cooperação é saudável. Se houvesse mais meios humanos conseguiríamos resultados excelentes. Fazemos tudo”.	B2.2

Quadro n.º 36 - Análise de resultado da questão B3 dos entrevistados do Grupo A

E	Ideias principais	Segmentos
E1	- “Especializar os nossos militares. Não basta dizer aos militares que hoje ou amanhã vão fazer uma ação de prevenção numa escola. Eu julgo que quem está mais vocacionado para esta problemática da prevenção são os militares da SPE e a estes militares deveria ser dada uma especialidade à semelhança do trânsito, da fiscal, entre outras. Para dar formação não é preciso ser onerosa, basta em cooperação”.	B3.2 B3.3
E2	“Não existe nenhuma quezília ou um problema institucional por causa disto. Eu sei que se as outras instituições tivesse bem guarnecidas a nível de meios não haveria este problema”.	B3.1
E3	- “Uma forma de colmatar essa lacuna, será colocar à disposição do Comandante DTer de Sintra um analista de informação, que ajudaria não só no direcionamento de patrulhamento através de informações, mas que poderia também ser uma ferramenta poderosa na escolha dos melhores mecanismos a usar na prevenção”.	B3.2
E4	- “Haver uma melhor ligação entre a GNR e a CDT”.	B3.3
E5	Não respondeu à questão.	
E6	Não respondeu à questão.	
E7	“Ter equipas especializadas para as várias áreas. Porque não só estava especializado naquela matéria como também conhecia os meliantes, os delinquentes da área ou daquela escola. Do que ter poucos recursos humanos que trabalham tudo”.	B3.2

Quadro n.º 37 - Análise de resultado da questão C1 dos entrevistados do Grupo A

E	Ideias principais	Segmentos
E1	- “Fazer ações com pessoas que já passaram por este processo. Que já foram julgadas, já estiveram presas e que agora conseguiram superar na vida. Nós (GNR) podemos falar das consequências legais e esse indivíduo falar do que passou, das consequências, ou seja, falar sobre a sua experiência”.	C1.1
	- “A formação que uma entidade dá junto da comunidade escolar, essa mesma entidade também consegue fazer ou pode fazer junto de uma comunidade de militares. A SICAD podia dar formação aos nossos militares neste âmbito”.	C1.2
	- “A própria GNR pode desenvolver protocolos com outras entidades em que a transmissão da mensagem seja mais eficaz, como por exemplo o caso da Disney e da Microsoft. Para chegar a um público-alvo dos 9 ou 10 anos, não tem nada a ver a mensagem que é chegada pela Disney ou pelos militares da GNR. A receptividade é completamente diferente”.	C1.6
	- “Em termos de prevenção do consumo/tráfico de estupefacientes quem é que entra nesta rede? É claro que, muita da prevenção que é feita nos jovens está ligada à comunidade escolar, e como tal nesta rede entram os encarregados de educação, os funcionários da escola, os professores, os diretores e etc. E estes elementos andam sempre à volta do aluno. Nós todos fazemos parceria em prol	C1.3

	do aluno e o nosso objeto é o aluno, mas cada vez mais, o aluno, não tem que estar no centro em que toda a gente injeta informação e veem o aluno como um alvo ou como um destino. Ele tem que estar ao mesmo nível dos demais porque os alunos também têm muita informação. Quando eles estão do lado e a comunidade está do outro há informação que não passa. Todos temos que estar do mesmo lado, a trabalhar em conjunto. É preciso envolver o aluno no problema e não ser só o alvo, criar uma rede e já vimos que as redes sociais funcionam, então o jovem faz parte da rede e não o alvo da rede. Um aluno também pode contribuir para a prevenção, um jovem pode evitar que outro jovem se inicie no consumo de estupefacientes ou que o alerte para as consequências de andar a traficar estupefacientes e para mais eles têm a informação do que se passa entre eles. Se eles fizerem parte da rede eu rapidamente consigo obter mais informações dos locais e das pessoas que estão envolvidas no consumo/tráfico de estupefacientes. Se ele se sentir que faz parte da rede ele não precisa de vir ter connosco denunciar porque há esse receio que haja repercussões negativas no meio social. Basta ir a casa e ter abertura para falar com os pais, ou até mesmo junto dos elementos da comunidade escolar”.	
E2	- “Levar pessoas que já passaram por casos reais. E que conseguiram singrar na vida, que estão com uma vida estável”.	C1.1
E3	- “Uma das entidades que poderia cooperar nesta matéria, até pelo papel que tem no que diz respeito às dependências enquanto flagelo na saúde das populações, é o delegado de saúde, que deveria ter um papel mais interventivo e deveria inclusivamente ter conhecimento e avaliar os consumidores/traficantes detetados”.	C1.3
E4	- “Nós nunca recebemos uma ação de formação com a CDT e eles podiam muito bem dar formação aos nossos militares”.	C1.2
E5	- “Depende do perfil dos jovens. Se falarmos dos jovens da Escola Profissional aqui em Colares, pouca coisa há a fazer. A prevenção já ultrapassa a esfera da GNR, é com psicólogos ou até mesmo com psiquiatras. Mesmo assim na parte da prevenção é manter o que estamos a fazer.”	C1.4
E6	- “É continuar a desenvolver o trabalho até ao momento e debater estes assuntos”. Nós como Comandante devemos ter a preocupação em conhecer as pessoas. Eu conhecendo as pessoas e sabendo com quem estou a falar, os problemas à partida, serão resolvidos”.	C1.4
E7	- “Mais ações fora do contexto escolar. Organizar plastrons onde podemos juntar não só jovens da comunidade escolar mas outros jovens que já não estão nesta comunidade”. - “Sempre que fazemos ações de sensibilização procurar levar indivíduos que já estiveram envolvidos com essa problemática. Para poderem falar com os jovens sobre o que viveram e experienciaram”.	C1.5 C1.1

Quadro n.º 38 - Análise de resultado da questão C2 dos entrevistados do Grupo A

E	Ideias principais	Segmentos
E1	- “Eu se tiver menos consumidores, tenho menos traficantes, menos criminalidade. Isto tudo está em cadeia pois o consumo/tráfico de estupefacientes está ligado a outro tipo de crimes como é o caso do tráfico de armas, furtos, roubos na via pública; os filhos furtarem dinheiro aos pais, aos seus familiares, aos amigos, etc (...). As ações desenvolvidas dentro da escola são aplaudidas pela generalidade. Garanto que naquele ano letivo em que fizemos a ação de fiscalização dentro da escola a comunidade ainda não se esqueceu dessa ação. Em termos de prevenção foi brilhante. Da minha experiência com escolas com ação de fiscalização ou com outro tipo de ação sem ser fiscalização, concluo que a ação de fiscalização permitiu que o consumo nessa escola reduzisse drasticamente”. - “Cada vez mais somos procurados para fazer ações de sensibilização em conjunto. Querem que a GNR acompanhe nas ações de sensibilização junto da comunidade porque vêem que resulta. Temos o feedback positivo das entidades que colaboram	C2.1 C2.4 C2.2 C2.3 C2.5

	conosco, nada de negativo. A única coisa de negativo é que querem mais e cada vez mais. É raro uma semana que não receba um convite para ir a palestras a reuniões com os atores locais isso muito devido à abertura da GNR à comunidade. É preciso ‘desligar’ da imagem associada à reação”.	
E2	- “Resultados práticos a nível social, só prevenção a nível restrito vai mudar pouco”. - “Quantas mais ações nós fizermos ou quanto maior for o nosso empenhamento nesse tipo de ações acabamos por conseguir estar mais próximo da população, passando uma imagem de confiança”.	C2.2 C2.5
E3	- “Do meu ponto de vista, quando existe cooperação da mesma resultam vantagens para a população, neste caso em concreto, quando o tráfico/consumo é reduzido, a imagem que fica é de profissionalismo para ambas as partes envolvidas”.	C2.5
E4	- “Não é por um militar estar a falar durante 40 minutos, numa palestra, sobre os malefícios e as consequências de consumir/traficar estupefacientes que os miúdos vão deixar de fumar. Eles saem dessa ação e a primeira coisa que vão fazer é o contrário daquilo que aprenderam na palestra”.	C2.2
E5	- “Eles já trazem menos droga, e já não conseguem dar ou oferecer droga a outras. Só pelo facto de saberem que pode ser alvo de fiscalização a qualquer altura”. - “Junto dos pais verem que a GNR atua, que tem uma atividade proactiva, que se preocupa com os problemas da zona de ação”.	C2.1 C2.5
E6	- “Antigamente o guarda era mau, agora já não é assim”. - “O guarda se for lá por uma situação de consumos, muitas das vezes são os próprios alunos que querem falar com o militar. Se tiverem com um problema na escola eles se falarem com o militar, o militar vai-lhes resolver o problema. Ganha-se confiança”.	C2.3 C2.5
E7	- “Tem havido uma diminuição do consumo junto da comunidade escolar. Tudo o que conseguirmos fazer para que um jovem não entre pela via da toxicod dependência é naturalmente um sinal positivo”.	C2.1

Quadro n.º 39 - Análise de resultado da questão C3 dos entrevistados do Grupo A

E	Ideias principais	Segmentos
E1	- “Com a gestão de recursos humanos, materiais, orçamentais, com a atualidade política nacional e internacional, ninguém sabe tudo, ninguém tem o conhecimento global. Cada vez mais é importante a partilha de informação. Cada vez mais é importante funcionar em rede, as instituições estarem abertas à comunidade e não fecharem-se em si. E nesta conjuntura torna-se fundamental a cooperação institucional, porque a minha vulnerabilidade é a potencialidade da instituição que está ao meu lado. E, nós, só conseguimos colmatar isto tudo trabalhando em rede, em cooperação”.	C3.1
E2	- “Sim, é importante esta cooperação para que haja um trabalho mais completo. Há coisas que só temos ao nosso nível, não temos o resto e esta cooperação faz com que o resto do ‘círculo’ fique completo”.	C3.1
E3	- “Sim, a cooperação é sempre positiva. Quando cooperamos acontecem sinergias de esforços que são superiores à soma do nosso trabalho, ou seja, se fosse possível quantificar o trabalho, e se uma determinada entidade trabalha ‘5’ e outra unidade trabalha ‘5’, quando elas cooperam o resultado da cooperação é superior a ‘10’, e essa é a mais-valia da cooperação”.	C3.1
E4	- “Sim, para não ser só a GNR a falar sobre esta matéria porque ao envolvermos outras entidades em cooperação a mensagem que é transmitida tem outro impacto nos jovens. Um miúdo que ande no 9.º ano, com 14 ou 15 anos, já tem a sua personalidade quase formada, muito dificilmente será com este tipo de ações de sensibilização que vai mudar os seus hábitos”.	C3.1
E5	- “Há muita informação que a escola nos dá, dos locais onde vão consumir, dos locais por onde se deslocam. Também temos alunos que nos vêm dar informações dos indivíduos que consomem e que traficam. Se não houver esta cooperação saudável tornava-se mais difícil obter estes dados”.	C3.1

E6	- “Há a tendência para experimentar, para ser aceite pelo grupo que isso ainda existe. Havendo estas ações e esta proximidade faz com que isso não aconteça tanto”.	C3.1
E7	- “Sim, porque por mais vontade que a GNR tenha em fazer as ações de sensibilização, nós não conseguimos chegar a todo o lado nem a todo o público. E com a existência de cooperação entre entidades esse caminho torna-se mais fácil e acessível.”	C3.1

Quadro n.º 40 - Análise de resultado da questão A1 dos entrevistados do Grupo B

E	Ideias principais	Segmentos
E1	- “Fazemos palestras de sensibilização/prevenção em sala de aula”. - “Fazemos a prevenção direcionada, miúdo a miúdo através da nossa psicóloga”. - “Colocamos alguns cartazes nas paredes para constantemente lembrar os alunos que o consumo é prejudicial”. - “Temos uma disciplina que se chama área de integração e que aborda esta temática. Não de uma forma direta no consumo/tráfico, mas na qualidade de vida do indivíduo, alertando para as suas consequências”.	A1.1 A1.4 A1.2 A1.3
E2	- “Trabalhamos essas áreas na educação para a cidadania, com os diretores de turma. Os próprios manuais escolares abordam estas temáticas. Temos um projeto em que a coordenadora é uma professora de ciências. Esse projeto apoia os alunos e é uma oportunidade para tirar dúvidas”. - “Investimos na formação dos professores, porque depois eles aplicam com os alunos, como é o caso do Projeto Trilhos”.	A1.3 A1.5
E3	- “O Projeto Educação para a Saúde, transversal a todo o agrupamento. Nesses temas são feitas atividades no âmbito da promoção dos estilos de vida saudáveis e claro que aqui há um enfoque muito grande nos consumos de substâncias nocivas à saúde. As ciências naturais e a biologia abordam essas temáticas”. - “Também realizamos palestras de sensibilização”. - “O envolvimento dos diretores de turma que fazem um trabalho de proximidade intenso quando começam a detetar que eventualmente naquela turma pode haver alunos que tenham hábitos, tentamos articular com as famílias e alertar”.	A1.3 A1.1 A1.4
E4	- “Na área da prevenção, sozinhos não realizamos nada. Nós intervimos já numa fase de ‘combate’ ao problema”.	A1.4
E5	- “Na Câmara existem outras Divisões, como a Divisão de Intervenção Socio-Territorial, que através de cooperação interna tentamos organizar ações de sensibilização para tentar chegar a esse grupo de maior risco que não andam na escola. A Câmara tem alguns projetos que desenvolve com alguns territórios mais fragilizados”. - “Nós temos os vários ciclos abrangidos por outros projetos como o “Crescer a brincar” os “Castelos de risco” que damos formação aos professores para eles próprios trabalharem junto dos alunos. A Câmara tem uma parte muito interventiva tentando enquadrar todos os extratos quer seja com os coordenadores quer seja com os assistentes das próprias escolas que damos formação para trabalharem com os alunos”.	A1.1 A1.5
E6	- “As escolas têm muita dificuldade em saber o que podem fazer quando detetam situações relacionadas com substâncias psicoativas. Por isso, temos um guião de procedimentos que implementa linhas orientadoras para que os professores saibam o que devem fazer face a situações relacionadas com consumos. Nós trabalhamos com os professores para que eles depois trabalhem junto dos alunos porque o professor dá a informação de uma forma mais interativa e contínua”.	A1.5
E7	- “Costumamos dar formação aos intervenientes quer seja os elementos das forças policiais, como os professores”.	A1.5

Quadro n.º 41 - Análise de resultado da questão A2 dos entrevistados do Grupo B

E	Ideias principais	Segmentos
E1	<p>- “Este ano já estive cá a Escola Segura a promover as suas palestras. Em algumas dessas palestras temos a nossa psicóloga para dar o seu contributo aos jovens”.</p> <p>- “Já tivemos situações de fiscalização com equipas cinotécnicas”.</p> <p>- “Tivemos um início atribulado, fizemos chegar à GNR um conjunto de alunos que tínhamos a sensação que estavam ligados a grandes quantidades de consumo/tráfico e que nos suscitava alguma preocupação”.</p>	<p>A2.1</p> <p>A2.3</p> <p>A2.2</p>
E2	<p>- “Ao longo dos últimos anos a Escola Segura vem cá desenvolver ações e estar com os alunos mais velhos”.</p> <p>- “Já aconteceu, há alguns anos, casos em que detetamos alguns indivíduos que têm esse tipo de comportamentos e chamamos a GNR e esses indivíduos em específico foram alvo de revistas por parte dos militares da GNR”.</p>	<p>A2.1</p> <p>A2.2</p>
E3	<p>- “Quando identificamos alguém dentro da escola ou que trafica ou que suspeitamos que possa introduzir droga na escola, nós também reportamos à Escola Segura e o contrário também acontece. Quando a Escola Segura nos pede informações sobre alunos porque têm suspeitas nós confirmamos os dados. Há permanentemente esta partilha de informação”.</p> <p>- “ No início do ano estamos muito recetivos para que a GNR faça ações de sensibilização junto, sobretudo, dos mais novos”.</p> <p>- “Quando falamos de alunos com esta faixa etária, com este tipo de comportamentos já é difícil de falar numa questão só de prevenção. E pedimos à GNR que fizessem uma ação de fiscalização/revistas com as equipas cinotécnicas. Esta ação enquadrava-se num projeto para demonstrar aos miúdos o que pode acontecer se forem apanhados com substâncias ilícitas”.</p>	<p>A2.2</p> <p>A2.1</p> <p>A2.3</p>
E4	<p>- “A CPCJ tem 2 modalidades. A Comissão alargada em que são desencadeadas ações de sensibilização/prevenção tanto com a GNR bem como com outras instituições. Sessões para alertar os jovens sobre toda a problemática envolvente do consumo/tráfico de estupefacientes”.</p> <p>- “A outra modalidade, comissão restrita, é com base na intervenção. Os processos que aqui chegam, são sinalizados pela GNR e nós acionamos os nossos mecanismos para intervir junto do jovem de modo a podê-lo integrar na sociedade e evitando assim problemas mais graves no futuro”.</p>	<p>A2.1</p> <p>A2.4</p>
E5	<p>- “Nós DPS em termos escolares temos um projeto que é a plataforma saúde na escola. É uma plataforma onde estão abrangidos todos os parceiros que em termos ativos do território que participam de uma forma direta ou indireta na promoção da saúde. Nós trabalhamos com os coordenadores de cada agrupamento. Cada agrupamento tem um coordenador responsável da área da saúde. Com quem nós falamos, com quem nós articulamos estas sessões de acordo com a necessidade de cada agrupamento”.</p> <p>- “Duas peças de teatro uma de debate e outra de intervenção. Uma parte prática com o teatro ou com um jogo. A primeira abordagem que nós temos em relação aos jovens é tentar transmitir uma noção de quais são as drogas. Em termos de reação o que é que comporta cada uma delas, com o objetivo de criar dúvidas neles próprios e haver um diálogo/debate. Uma segunda parte onde vão as instituições como a GNR, PSP e as enfermeiras que são nossos parceiros e que trabalham connosco nesta parte dos consumos. Os consumos são tratados na vertente de índole geral, legal e na índole de consequências em termos de saúde. E dentro destas 3 vertentes nós tentamos explorar junto dos jovens a aquisição de competências, que o conhecimento é importante na tomada de decisões conscientes e dos impactos que a mesma envolve em termos diretos e indiretos”.</p>	<p>A2.5</p> <p>A2.6</p>
E6	<p>- “Temos o apoio da GNR no âmbito do apoio à formação, nomeadamente na parte legal, com vista a clarificar a lei e as normas. Parece-nos muito importante, porque há a ideia que as substâncias foram despenalizadas e que não lhe aconteces nada”.</p>	<p>A2.7</p>
E7	<p>- “Damos também palestras e ações de formação com a presença de outras entidades. Estamos em articulação com a educação escolar para o desenvolvimento de programas de prevenção”.</p>	<p>A2.1</p> <p>A2.7</p>

Quadro n.º 42 - Análise de resultado da questão B1 dos entrevistados do Grupo B

E	Ideias principais	Segmentos
E1	- “O facto de ser a própria GNR a sensibilizar para as consequências legais do consumo de estupefacientes cria outro impacto nos jovens. Há uma maior credibilidade e acatamento da informação”.	B1.1
	- “Resolverem as situações que nos afligem. Isso de facto é ótimo. Estarem disponíveis. Mesmo não estando na dimensão que nós gostaríamos”.	B1.2
E2	- “O facto de ser autoridade também impõe mais respeito. A informação é mais bem transmitida e chega de forma mais fiável ao destinatário. Se for os pais a transmitir essa mensagem, como estão numa fase da vida, não ouvem ou não querem saber. Se for um GNR eles levam mais a sério”.	B1.1
	- “A própria autoridade que alerta e aconselha é a mesma que aplica”.	B1.4
E3	- “Quando falamos de alunos com esta faixa etária, com este tipo de comportamentos já é difícil de falar numa questão só de prevenção. E o facto de a GNR estar envolvida nesta cooperação, há uma rápida intervenção na resolução do problema”.	B1.2
E4	- “Sem a GNR, a CPCJ havia coisas que não conseguia fazer, uma vez que nós atuamos muito na parte da intervenção, quando efetivamente há um problema, se a GNR não fizesse parte desta cooperação, muitos dos casos não chegavam até nós. A GNR é das entidades que mais nos sinaliza”.	B1.3
E5	- “Como os militares da GNR estão no terreno, através de exemplos práticos de situações que lhes acontecem ou que têm conhecimento, o facto de serem autoridade tem um impacto completamente diferentes nos jovens. Porque representa uma autoridade que também tem um serviço cívico em termos de aplicação da lei e em termos de parceria que é recorrente para ajudar”.	B1.1
E6	- “No ambiente fora das escolas, acontece serem detetados imensos movimentos de tráfico na área envolvente das escolas. Cria-se uma reunião com a GNR, connosco, com a Saúde Escolar e aí pode-se elaborar estratégias que o papel da polícia será lidar com o tráfico de estupefacientes junto das escolas”.	B1.2
E7	- “Acaba por ser um parceiro, ou seja, nós quando vamos fazer uma ação de formação a um determinado sítio, nós apresentamos algo ligado à saúde. Muitas das vezes para mostrar que de facto as instituições estão ligadas e trabalham em conjunto e para que as pessoas percebam o processo todo, é importante que esteja alguém de outra área que não a dissuasão. Estando alguém presente da GNR que consiga mostrar o seu trabalho, uma vez que é onde tudo começa, e depois aparece alguém da CDT onde mostra o seu trabalho que é por onde tudo passa, o trabalho fica mais completo e é mais perceptível para as pessoas”.	B1.1

Quadro n.º 43 - Análise de resultado da questão B2 dos entrevistados do Grupo B

E	Ideias principais	Segmentos
E1	- “Às vezes, temos dias ou semanas que não passa aqui um carro da GNR, coisa que não acontecia antigamente”.	B2.2
	- “Eu sei que não há gente para isso. Não há só esta escola. Talvez devia de haver uma política nacional de prevenção de proximidade às escolas. E a GNR não ser chamada só para intervir”.	B2.3
E2	- “O agrupamento já tem um trabalho muito próximo com a GNR, com a escola segura. A única vulnerabilidade é a falta de meios humanos”.	B2.2
E3	- “Assinaladas estão as limitações logísticas e de recursos humanos que essas são evidentes, não são imputáveis às FS”.	B2.2 B2.4
E4	- “Não há nada a referir. Os militares da GNR estão sempre disponíveis no imediato”.	B2.1
E5	- “Temos tido alguma dificuldade, uma vez que o SDTer de Alcabideche tem tido alguns constrangimentos nos últimos anos, não só por ter dois territórios como	B2.2

	também a redução do efetivo dos militares. Como é óbvio não podem estar em dois lados ao mesmo tempo”.	
E6	- “Por vezes nós chegávamos a uma escola e víamos que já tinha ido lá a GNR ou outra instituição e não tinham falado umas com as outras. As escolas querem soluções imediatas que não existem. Suspeitam que há um grande consumo de estupefacientes e pedem para que vão lá falar sobre o consumo de drogas. Acham que só falar é suficiente para que o aluno deixe de fumar drogas. Imaginemos que uma instituição não pode, então vão pedir a outra e vão pedindo até que alguém diga que sim, pois ficam aflitos com a situação. É verdade que convidar alguém para ir dar uma conferência é muito mais fácil do que implementar um projeto mais estruturado e mais articulado. O facto de levarem os alunos para um auditório a ouvir alguma coisa relacionada com o consumo de estupefacientes, já se fica com a consciência tranquila de que se fez alguma coisa”. - “Às vezes também não há a partilha de informação, de coisas que se fazem e avisar os restantes parceiros e que a ideia da continuidade fica completamente perdida”.	B2.3 B2.6
E7	- “As coisas poderiam ser um pouco melhores se houvesse mais tempo para nos reunirmos e discutirmos as coisas”. - “Ainda acontece em muitas escolas, em que um professor ou um diretor de escola pede a uma instituição para ir lá falar sobre consumos. E com esta ação fica-se com a consciência que fizeram alguma coisa. Não é assim que se faz prevenção”.	B2.5 B2.3

Quadro n.º 44 - Análise de resultado da questão B3 dos entrevistados do Grupo B

E	Ideias principais	Segmentos
E1	- “Se houver mais recursos humanos era possível estar um militar nas horas de ponta à porta da escola o que de certa maneira preveniria algum consumo”.	B3.1
E2	- “Havendo mais recursos humanos era possível estar um militar naquelas horas no portão da escola. O facto de lá estar um militar é uma barreira a determinados comportamentos”.	B3.1
E3	- “Para mim é necessário mais meios. Em algumas escolas do nosso país muitas delas careciam de um enquadramento a outro nível que já não basta só a intervenção pontual da Escola Segura.”	B3.1
E4	Não respondeu à questão.	
E5	- “Reestruturação de meios. Haver um número de elementos proporcional ao território em termos de atividade do que têm que fazer”.	B3.2
E6	- “Melhor articulação entre parceiros para não haver a tal duplicação de intervenções. O que acontece é que o ACES, nós (DICAD), a GNR e a própria escola temos nas nossas atribuições a prevenção de substâncias lícitas e ilícitas”.	B3.3
E7	- “Antes de mais, não é ir a uma escola uma entidade externa, é a própria entidade que se deve debruçar sobre o assunto. Se tivermos a falar sobre uma escola, devemos implicar à partida alunos, professores, encarregados de educação e as pessoas que trabalham que não são professores. Devemos saber por exemplo quem é o grupo alvo; que idades queremos atingir; se já há consumos instalados ou não, ou seja, definir uma estratégia de informação a passar aquele grupo. Por isso temos que saber antecipadamente o que as pessoas sabem sobre substâncias ou que ideias é que esses alunos têm. Ainda todos fazemos da forma do modelo anterior, não quer dizer que seja trabalhar mal, mas é trabalhar de um modo menos eficaz. Mas com o tempo este modo de trabalhar tenderá a desaparecer”.	B3.3

Quadro n.º 45 - Análise de resultado da questão C1 dos entrevistados do Grupo B

E	Ideias principais	Segmentos
E1	- “Criar uma atividade ao longo dos vários anos em que a GNR vá participando”.	C1.1

E2	- “A GNR geralmente promove ações só para os alunos. Claro que nessas ações também chegam a alguns professores, mas só aqueles que estão a acompanhar as turmas. Talvez fosse interessante haver ações de formação junto dos diretores de turma e com os assistentes operacionais, uma vez que são eles que detetam um comportamento estranho”.	C1.3
E3	- “Os pais dos alunos têm que ser nossos aliados. Chamar os pais a terem um papel ativo na prevenção do consumo/tráfico de estupefacientes”.	C1.3
E4	- “Realizar ações concertadas. Fazer as ações por níveis. Acompanhar as turmas desde o 1.º ano até ao 9.º ano, porque assim temos noção da evolução dos jovens e desse modo conseguiríamos ver os resultados atingíveis”.	C1.1
	- “Como a GNR tem projetos próprios que fazem juntos das escolas, a nossa ideia é fazer esse levantamento de projetos que já fazem e tentarmos aqui em conjunto melhorar em prol dos processos que nós temos. O objetivo é prepararmos e pensarmos em ações que possamos fazer em conjunto sobre os miúdos que temos sinalizados ligados a consumos de estupefacientes. Porque não faz sentido replicar esses projetos”. Algumas escolas disseram que já fazem isso. Têm protocolos com a SICAD. Portanto rentabilizar e tentar exponenciar para aquelas escolas que ainda não existe”.	C1.2
	- “E por outro lado formar mais profissionais para que aquilo que seja as ações da GNR não seja apenas o punível. Dar aqui alguns instrumentos aos miúdos e aos profissionais de poderem aqui sinalizar outras situações estarem alertas para algumas situações de risco”.	C1.3
	- “Contrato local de segurança. As entidades de 1.º linha acabam por estar em sintonia em termos de prevenção”.	C1.4
E5	- “Penso que deveria existir políticas que tivessem o mesmo objetivo entre a Câmara, as Juntas de Freguesia, as Forças Policias e os Institutos de Administração Central, como é o caso da SICAD.	C1.4
E6	- “Nesta parceria que diz respeito aos professores, alargar aos assistentes operacionais e aos pais”.	C1.3
E7	- “Formar os professores e encarregados de educação para conseguir chegar mais rapidamente aos alunos. Em vez de estar uma entidade a tentar formar uma série de profissionais, podemos formar um grupo de professores, um grupo de pais para poderem passar este tipo de informação aos jovens”.	C1.3

Quadro n.º 46 - Análise de resultado da questão C2 dos entrevistados do Grupo B

E	Ideias principais	Segmentos
E1	- “Nós notamos uma diminuição substancial do consumo desde o início do ano e neste momento. Menos intenso”.	C2.1
	- “Já fizemos muitas palestras e agora fazemos muito menos. Porque sentimos que não é tão eficaz quanto desejaríamos. Fazemos para os miúdos que entram para o 1.º ano. Ao longo dos anos já apercebemo-nos que não vale a pena fazer muitas palestras”.	C2.2
	- “Há uma maior proximidade entre Guarda e os alunos e estes últimos acabam por entender melhor o papel da GNR. Já não é considerada o ‘bicho-papão’ como era antigamente”.	C2.3
	- “As fiscalizações têm um impacto naquele momento, durante alguns dias fica a tenção no “ar”. Como o trabalho da GNR não é um trabalho constante, o efeito medo que estas ações provoca no momento desvanece com o passar do tempo”.	C2.4
E2	- “Obtemos uma escola melhor, um ambiente educativo mais saudável e seguro. A escola oferece um ambiente educativo mais seguro e mais saudável tranquiliza todos (pais e alunos)”.	C2.6
	- “Alunos que não apresentam este tipo de problemas são alunos mais interessados nos estudos e portanto contribuí mais para o sucesso escolar”.	C2.7
	- “Alunos mais informados, alunos que são mais capazes de tomar as decisões certas. É importante, nós capacitá-los com toda a informação. Os alunos serem seguros de si e saberem bem tudo. E com base nessas informações tomarem as	C2.8

	decisões corretas”.	
E3	- “Essa proximidade que os alunos têm com a Escola Segura faz com que os alunos não olhem para a GNR como algo “mau” ou desconhecido”.	C2.3
	- “Os pais incentivam esta ligação às forças de segurança porque querem velar pela proteção e segurança dos seus filhos. Se perceberam que as escolas estão a atuar nesse sentido os pais ficam descansados”.	C2.6
	- “Aquela ação como teve o carácter surpresa, como foi uma intervenção macro da escola tivemos os miúdos a aderir entusiasticamente, e a dizerem que isto peca por ser tardio porque se tivesse sido na semana passada o “fulano e o sicrano” tinham trazido e tinham sido apanhados. Portanto houve a confirmação de que os consumos são uma proporção maior do que aquilo que às vezes se pensam e por outro lado para alguns miúdos aquilo foi uma chamada de atenção a sério”.	C2.1
E4	- “Os jovens tem a ideia de que a CPCJ é um bicho-papão. As ações que a GNR faz acaba por explicar o papel da CPCJ”.	C2.3
	- “Nessas ações temos contacto com miúdos que experienciam/vivenciam situações que nos alertam para outros problemas que nós não estávamos despertados através dessas perguntas. O que eles ouvem agora fica retido e no ano seguinte quando forem ouvir outra palestra já vão estar mais maduros e podem questionar sobre outras coisas”.	C2.5
E5	- “Em termos de resultados concretos não podemos materializar a sua efetividade, mas podemos medir em termos de alteração de pensamentos, alteração de comportamentos porque todas estas sessões são avaliadas. E em cada sessão nós temos uma avaliação não só com um inquérito que é feito antes da ação e depois da ação. É onde nós confrontamos mitos que estão associados aos próprios consumos e se os miúdos mudam de perceção ou não”.	C2.1
	- “Todos temos que ir para o mesmo lado com a mesma linguagem, com o mesmo procedimento, as mesmas ideias em termos de todas as áreas de intervenção. Só assim é que podemos alocar junto dos jovens para que eles possam “sacar” alguma coisa para eles em termos de competências e que lhes permita conjuntamente com os pais e com o resto da sociedade promover a aquisição de valores e competências, conhecimentos e saberes que lhes permita fazer uma escolha consciente, responsável e com qualidade”.	C2.8
E6	- “Algumas escolas que começaram a chamar-nos porque estavam a ter problemas com consumos e sentimos posteriormente que esses consumos começaram a atenuar”.	C2.1
	- “Criar maior proximidade. Sempre que há uma relação mais próxima com os alunos, cria-se uma mudança na maneira como a autoridade é vista”.	C2.3
E7	- “Como consequência dos tempos cada vez há mais consumo. Mas, o mais importante é que as pessoas estejam informadas no momento de tomarem decisões e é isso que nós queremos transmitir. Um dos grandes objetivos desta área para estas idades é retardar os consumos. E se conseguirmos retardar os consumos, em que as pessoas não façam tão cedo como tem vindo a acontecer como nos últimos tempos já é uma vitória”.	C2.8 C2.1

Quadro n.º 47 - Análise de resultado da questão C3 dos entrevistados do Grupo B

E	Ideias principais	Segmentos
E1	- “Inevitavelmente. Ninguém faz prevenção sozinho. A prevenção só se faz em rede. A GNR, a família, as instituições de saúde e de educação têm todas que ‘remar’ para o mesmo lado. Por isso é que acho que falta aqui uma política séria de prevenção. As pessoas vão fazendo, o que podem, quando podem, como podem. Com algum sacrifício dos técnicos. Ninguém consegue mover o mundo. Já assim é tão difícil.”	C3.1
E2	- “A instituição sozinha já tem o seu papel. Mas cada vez mais o mundo é uma aldeia. Todos precisamos uns dos outros. Daí acredito que a prevenção passa pela cooperação dos vários atores. Tanto acredito que já o fazemos atualmente. Os alunos não estão fechados só numa escola, também andam na rua também têm uma	C3.1

	família. Portanto, temos que abarcar o máximo de intervenientes do circuito deles. Todos contribuímos para a educação deles desde a família, a escola entre outros. Temos que trabalhar juntos. Se todos nós pensarmos da mesma maneira e se articularmos esta prevenção será de certeza mais efetiva e eficaz”.	
E3	- “Sem dúvida. Aqui não me refiro só à escola ou à Escola Segura da GNR. O Ministério da Educação tem que repensar a sua política de segurança para as escolas. Tem que dotar o gabinete de segurança de mais meios e tem que começar a trabalhar no terreno onde é necessário”.	C3.1
E4	- “Tem que haver mesmo cooperação. Se não houver cooperação entre a CPCJ e as várias entidades de 1.º linha, que trabalham nesta área dos consumos, a prevenção não é possível. A prevenção não é imediata e as pessoas têm que perder a mentalidade das ‘capelinhas’. Se estivermos todos em cooperação é mais eficiente”.	C3.1
E5	- “Sem dúvida nenhuma. A prevenção é uma das partes fulcrais do que propriamente o resultado final, o tratamento a punição. Penso que se pode evitar muito das consequências a longo prazo, nestas ações onde existe uma cooperação institucional entre os diversos atores que têm a responsabilidade no território na prevenção de comportamentos”.	C3.1
E6	- “E nós quando começamos com isto da prevenção encontrávamos coisas muito desarticuladas e hoje em dia exceto em algumas situações pontuais, percebe-se que estamos mais virados para trabalhar em cooperação e não em competição”.	C3.1
E7	- “Sim, porque quantas mais pessoas formarmos mais a mensagem chega ao público-alvo sendo isto possível com base na cooperação”.	C3.1

ANEXOS

Anexo A - Limites Quantitativos Máximos

Quadro n.º 48 - Limites quantitativos máximos

Planta/Substância	Quantidade
Heroína	1 grama
Metadona	1 grama
Morfina	2 gramas
Ópio (suco)	10 gramas
Cocaína (cloridrato)	2 gramas
Cocaína (éster metílico de benzoilecgonina)	0,3 gramas
Canábis (folhas/sumidades)	25 gramas
Canábis (resina)	5 gramas
Canábis (óleo)	2,5 gramas
Fenciclidina (PCP)	0,1 gramas
Lisergida (LSD)	500 µg (0,0005 gramas)
MDMA	1 grama
Anfetamina	1 grama
Tetraidrocanabinol (THC)	0,5 gramas

Fonte: CDT de Lisboa